

**CHARLES ANDRADE FROEHLICH**

**O STATUS METODOLÓGICO DO PRAGMATISMO E A TEORIA  
PEIRCEANA DA VERDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**UFSM  
SANTA MARIA, RS, BRASIL**

**1998**



O STATUS METODOLÓGICO DO PRAGMATISMO E A TEORIA  
PEIRCEANA DA VERDADE

por

**CHARLES ANDRADE FROEHLICH**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, da  
Universidade Federal de Santa Maria (RS), como requisito parcial para  
a obtenção do grau de MESTRE EM FILOSOFIA.

Santa Maria, RS – Brasil

1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A  
DISSERTAÇÃO

O STATUS METODOLÓGICO DO PRAGMATISMO E A TEORIA  
PEIRCEANA DA VERDADE

ELABORADA POR  
**CHARLES ANDRADE FROEHLICH**

COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM FILOSOFIA

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Ronai Pires da Rocha – Orientador

---

Ivo Assad Ibri – PUC/SP

---

Abel Lassalle Casanave

---

Róbson Ramos dos Reis – Suplente

Santa Maria, 04 de março de 1998.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Ronai Pires da Rocha, por atuar como um sinalizador dos caminhos corretos e pela oportunidade bibliográfica correspondente, sem os quais este trabalho não teria alcançado seus objetivos.

A Alessandra, pela paciência e a falta dela.

Ao Fernando, a Cristina e o Rogério, pelas experiências.

Ao Silnei e ao Leonardo, pelas acirradas discussões semióticas que me levaram à filosofia maior de Peirce.

Ao Darcy e a Teresa, pela confiança e a consideração.

## **RESUMO**

### **O STATUS METODOLÓGICO DO PRAGMATISMO E A TEORIA PEIRCEANA DA VERDADE**

**Autor: Charles Andrade Froehlich**

**Orientador: Christian Viktor Hamm**

A dissertação procura abordar o pragmatismo peirceano como um método lógico que exerce papel fundamental em sua teoria da verdade. Para atingir este escopo, a pesquisa analisou a filosofia de Peirce de uma maneira sistemática, a partir de sua classificação perene das ciências. Assim, através do exame de conceitos inseridos na fenomenologia (as categorias) e na lógica (os interpretantes), bem como da compreensão da ciência de Peirce como um modo de vida que objetiva a verdade a partir de um método bem considerado, podemos especificar o pragmatismo como um método lógico de determinação dos significados de conceitos intelectuais. Enfim, o pragmatismo, advindo da metodêutica (terceiro ramo da lógica), torna-se o método mais amplo da filosofia peirceana, o qual substancia — através da máxima pragmática — a elaboração do método científico e prepara o caminho da investigação para o seu objetivo último: a verdade.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
Dissertação de Mestrado em Filosofia  
Santa Maria, 04 de março de 1998

## **ABSTRACT**

### **THE METHODOLOGICAL STATUS OF PRAGMATISM AND PEIRCEAN THEORY OF TRUTH**

**Author: Charles Andrade Froehlich**

**Adviser: Christian Viktor Hamm**

The dissertation seeks to approach Peircean pragmatism as a logical method which play background role in his theory of truth. To attain this scope, the research analysed Peirce's philosophy of systematic way, out of his perennial classification of the sciences. Then, through examination of concepts inserted in phenomenology (categories) and logic (interpretants), as well as Peirce's understanding of science as a way of life which attain truth by a well-considered method, we can specify pragmatism as a logical method of determining the meanings of intellectuals concepts. Finally, pragmatism, which comes of methodeutic (third branch of logic), becomes wider method of Peircean philosophy, and so, it gives substance — through pragmatic maxim — to elaboration of scientific method and prepares road of inquiry toward its final aim: the truth.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
Master's dissertation in philosophy  
Santa Maria, march 1998

## SUMÁRIO

CHARLES ANDRADE FROEHLICH.....	i
CHARLES ANDRADE FROEHLICH.....	i
CHARLES ANDRADE FROEHLICH.....	ii
COMISSÃO EXAMINADORA:.....	ii
.....	ii
.....	ii
.....	ii
.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
SUMÁRIO.....	vi
ABREVIATURAS.....	viii
1INTRODUÇÃO.....	1
2OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA FENOMENOLOGIA E DA SEMIÓTICA PEIRCEANAS.....	9
2.1A classificação perene das ciências:.....	10
2.2A fenomenologia e a doutrina das categorias .....	12
2.3A lógica como teoria geral dos signos.....	26
3A COMPREENSÃO PEIRCEANA DA CIÊNCIA.....	38
3.1A ciência na perspectiva de Peirce.....	39
3.2A relação entre as ciências normativas.....	43
3.2.1Estética .....	45
3.2.2Ética.....	49
3.2.3Lógica .....	51
3.3Os métodos de fixação da crença.....	54
3.4Os três tipos de inferência concebidos como estágios da investigação científica.....	62



3.5A questão da autocorretividade da ciência peirceana.....	65
4A RELAÇÃO ENTRE PRAGMATISMO E VERDADE .....	71
4.1Verdade e realidade .....	72
4.2Duas versões do pragmatismo, duas versões da verdade.....	81
4.2.1As versões da máxima pragmática .....	84
4.3A caracterização pragmática da verdade .....	87
5CONCLUSÃO.....	94
6bibliografia.....	99

## ABREVIATURAS

CP corresponde aos **Collected Papers**, C. Hartshorne e P. Weiss (eds.), vols. 1-6 e A. W. Burks (ed.), vols.7-8, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-35, 1958. O primeiro número, depois da sigla, refere-se ao volume e os seguintes ao parágrafo. A data assinalada depois do volume e do parágrafo refere-se à data do manuscrito ou da publicação feita por Peirce.

L corresponde aos manuscritos inéditos em forma de Carta (*Letter*), tal como foi paginado pelo *Institute for Studies in Pragmaticism*, Lubbock, Texas. O primeiro número indica o manuscrito, seguido do número da página.

MS corresponde aos manuscritos inéditos, conforme paginação indicada acima.

## 1 INTRODUÇÃO

Há pouco tempo atrás, os problemas que cercavam as análises da obra de Charles Sanders Peirce eram, basicamente, dois: a falta de uma compilação cronológica e o desconhecimento da totalidade de seus escritos. Tais transtornos motivaram críticas crescentes a esse filósofo de uma maneira que, até hoje, aqueles que não tiveram um mínimo de acesso aos detalhes da vida intelectual de Peirce, tratam-no como um pensador assistemático, desorganizado e obscuro. Aliados aos problemas relativos à disposição de seus manuscritos, está o comportamento impertinente e insociável de Peirce, o qual trouxe grandes problemas tanto a sua curta vida acadêmica, como a sua própria sobrevivência. Estes problemas serviam (e ainda servem) para qualificar negativamente a sua obra.

Uma das primeiras grandes compilações da obra de Peirce, os *Collected Papers* (vols. I-VI, 1931-35; vols.VII-VIII, 1958), apesar de ser pioneira na extensão e na popularização, colaborou com muitos equívocos para aqueles que não pesquisavam atentos às datas e ao percurso tomado por Peirce, visto que os manuscritos e publicações não foram coligidos em ordem cronológica e muitos deles tiveram seus títulos preenchidos pelos próprios editores e outros tantos nem eram conhecidos naquele momento, fatos que acentuaram a qualificação de Peirce como um filósofo assistemático e cambiante.

Não obstante estes problemas relativos aos *Collected Papers*, esta obra pode ser bem utilizada levando-se em consideração as datas, outros

manuscritos intermediários e o trabalho ordenador de muitos comentadores que têm acesso ao conjunto total da obra de Peirce.

Hodiernamente, no entanto, o panorama é outro, depois dos *Collected Papers* e após um lapso de aproximadamente vinte anos, surgiram as seguintes obras: *Contributions to "The Nation"* (1975-79), três volumes compostos das resenhas e artigos de Peirce feitas para o jornal *The Nation*; o *The New Elements of Mathematics* (1976), quatro volumes sobre os escritos relativos à matemática; *Semiotics and Significs: The Correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby* (1977); os *Writings of Charles Sanders Peirce: A Chronological Edition* (1982), começo da publicação da esperada edição cronológica dos manuscritos e publicações de Peirce (até o momento foram lançados cinco de uma previsão de trinta volumes); *A History of Science: Historical Perspectives on Peirce's Logic of Science* (1985) e o *Essential Peirce* (1992). Dentro deste novo panorama, muitos *scholars* estão tratando de expandir e popularizar as descobertas e as teorias desenvolvidas por Peirce em vários ramos do conhecimento, sendo que muitas delas influenciaram ou encontram correspondência nas obras de filósofos contemporâneos.

Peirce nasceu e se educou em um ambiente científico-acadêmico: seu pai, Benjamin Peirce, era um famoso professor de matemática e astronomia em Harvard, Cambridge, foi um dos fundadores da *National Academy of Sciences* e sua casa era freqüentada por professores e estudiosos de várias ciências, o que levou o jovem Peirce a se envolver com assuntos da ciência desde muito cedo. Os primeiros e principais temas de estudo junto com seu pai foram a matemática e a lógica, os quais se

tornaram a obsessão de Peirce. Entretanto, academicamente, Peirce obteve o seu BSC (*Bachelor of Science*) em química, *summa cum laude*, em 1863. Um pouco antes, aos dezesseis anos, Peirce havia ensaiado seus primeiros passos na filosofia através da leitura de Schiller e Kant, em 1855.<sup>1</sup>

Dentre os vários assuntos elaborados por Peirce em sua obra, estritamente, na sua filosofia, a sua teoria da verdade até hoje não é muito estudada e, curiosamente, quando surge em algumas obras de filósofos contemporâneos é como motivo de críticas severas<sup>2</sup>. Ainda menos estudada é a relação metodológica do pragmatismo peirceano e a sua teoria da verdade. Mesmo em um dos poucos textos sistemáticos disponíveis sobre a teoria peirceana da verdade, como é o caso de MISAK (1991), a menção a esta relação metodológica restringe-se a poucos trechos. Dessa maneira, através de um estudo sistemático da obra de Peirce relativa ao assunto e dos principais comentadores, seja do sistema, como do assunto específico, esta pesquisa pretendeu trazer luz à questão.

---

<sup>1</sup>Para maiores e bem documentadas informações sobre os dados biográficos de Peirce, consultar a obra de BRENT (1993).

<sup>2</sup>Ver, p. ex , RORTY(1997, p.173-204).

No primeiro capítulo está a denominada classificação perene das ciências de Peirce. O caminho percorrido por Peirce para chegar a este diagrama das ciências, bem como o rumo que sua filosofia tomou após este esquema foi o que delineou os passos metodológicos de nossa pesquisa. Neste sentido, a pesquisa levou em consideração as datas dos escritos peirceanos, de tal maneira que, convencionalmente, utilizamos a respectiva data após as citações dos *Collected Papers* ou dos manuscritos, assim como já o fizeram exemplarmente KENT (1987) e MISAK (1991), restringindo-nos ao universo dos comentadores aqui utilizados.

Os passos metodológicos e o esquema perene de Peirce coincidem no seguinte ponto: esta pesquisa seguiu a arquitetura da filosofia inserida no diagrama, de tal forma que os comentários sobre as divisões da filosofia foram elaborados com o objetivo de alcançar o tema principal, a saber, o status metodológico do pragmatismo e sua relação com a teoria peirceana da verdade. Seguindo o diagrama, esta relação concretiza-se no terceiro ramo da lógica ou semiótica, qual seja, a metodêutica. Este ramo da lógica “estuda os métodos que devem ser perseguidos na investigação, na exposição e na aplicação da verdade”. Estes métodos elaborados por Peirce são, explicitamente, o método da ciência (abdução, dedução e indução) e o pragmatismo. Ainda mais, elementos do pragmatismo (como a máxima pragmática) são usados pelo próprio método da ciência, como critério de identificação de hipóteses científicas.

Esta pesquisa buscou analisar os textos da fenomenologia peirceana e da lógica (Capítulo I), deixando a construção da relação entre as ciências normativas para o Capítulo II. A doutrina das categorias vai refletir não só

na lógica como também em todas as ciências normativas, mas a apresentação da lógica como teoria geral dos signos e a concepção de lógica como uma ciência normativa e sua relação com as outras ciências normativas foram construídas em textos separados por Peirce. Ou seja, trata-se da mesma lógica, mas a divisão específica da lógica como teoria geral dos signos é analisada após a fenomenologia (no Capítulo I) a fim de estruturar os fundamentos teóricos destas ciências, enquanto a lógica e sua relação com as outras ciências normativas foi analisada no capítulo seguinte, onde é discutida a compreensão peirceana da ciência, numa perspectiva mais ampla. Em suma, é como teoria geral dos signos que Peirce estabelece a divisão da lógica em gramática especulativa, crítica e metodêutica. Interessou-nos, portanto, primeiramente qualificar onde se apresenta inserido o pragmatismo (na metodêutica), uma vez que este é um ponto fundamental ao desenvolvimento posterior do texto.

Em relação às divisões da filosofia, esta pesquisa deixou de analisar a metafísica em um capítulo a parte, uma vez que os principais assuntos pertinentes ao desenvolvimento do tema proposto não foram afetados sem esta complementação em separado. Além disso, conceitos peirceanos elaborados nesta ciência foram utilizados no interior de outros capítulos desta dissertação como, p. ex., o conceito de racionalidade (Capítulo II) e o conceito de hábito, o qual está em discussão em todo o texto. Ainda, vale ressaltar que a análise do surgimento das categorias (Capítulo I) advém também de um ambiente metafísico de Peirce.

Os comentadores utilizados podem ser divididos em dois grupos (principais e secundários) considerados pela importância apresentada em

relação ao tema desta pesquisa. Os principais são MISAK (1991), KENT (1987), HOOKWAY (1985) e FISCH (1986). MISAK (1991) porque dedica toda sua obra para a análise da teoria peirceana da verdade, apresentando a importância da relação entre verdade e investigação, explicitando a função das duas condicionais peirceanas (a condicional verdade para a investigação, **V-I** e a condicional investigação para a verdade, **I-V**), caracterizando a condicional **V-I** como uma esperança regulativa da investigação e a condicional **I-V** como aquela que poderia apresentar uma definição do que é a verdade na perspectiva peirceana, bem como suscitando, ainda que em breves momentos, a função metodológica do pragmatismo nesta caracterização da verdade.

KENT (1987) porque delinea toda a evolução dos estudos de Peirce em busca de uma classificação das ciências, apresentando cronologicamente todas as classificações até a que foi considerada a classificação perene, a qual serviu de roteiro para a nossa própria pesquisa. Além disso, devido a este panorama, Kent fornece ótimas caracterizações das ciências normativas, de suas relações no interior do esquema, assim como as implicações destas relações para o próprio pragmatismo.

HOOKWAY (1985) foi utilizado na exposição da doutrina das categorias, visto que este assunto foi também apresentado de maneira cronológica e bem exemplificada em sua obra sobre a filosofia de Peirce. Além disso, este autor forneceu subsídios importantes para a discussão sobre verdade e realidade realizada no Capítulo III. FISCH (1986), por sua vez, por apresentar também uma obra histórico-panorâmica, foi utilizado



intermitentemente em todo o texto, mas deve-se assinalar sua colaboração aos temas específicos da lógica e do pragmatismo.

Entre os comentadores que consideramos secundários para o desenvolvimento desta pesquisa, situamos DEELY (1990), DELANEY (1993), NESCHER (1983) e RESCHER (1978). Tais comentadores foram utilizados para fundamentar temas paralelos ao tema principal, ou para corroborar ou refutar as teses dos comentadores principais como foi o caso de Rescher e Delaney no que concerne à discussão da autocorretividade da ciência peirceana (discussão elaborada no Capítulo II). Entre estes comentadores secundários, vale assinalar a importância de Nescher através de seu bem elaborado artigo sobre o significado pragmático e as formulações da máxima pragmática (assuntos desenvolvidos no Capítulo III).

Dessa maneira, o corpo da dissertação consta de três capítulos, nos quais tratar-se-á da fenomenologia e da lógica (Capítulo I), onde são buscados os fundamentos teóricos da filosofia peirceana advindos da doutrina das categorias e de conceitos inseridos na lógica que servirão de base à compreensão peirceana da ciência (Capítulo II), onde é caracterizada a ciência nesta perspectiva e como se articulam as ciências normativas no esquema, assim como os métodos de fixação da crença e os estágios da investigação científica. Estes assuntos culminam na relação entre pragmatismo e verdade (Capítulo III), onde são analisadas as críticas de Peirce à corrente filosófica do nominalismo, as duas versões do pragmatismo e da verdade, as versões da máxima pragmática e a caracterização pragmática da verdade.

O texto desta pesquisa utilizou somente o termo “pragmatismo” e seus adjetivos para elaborar e comentar esta doutrina de Peirce, seguindo o que fazem e justificam alguns comentadores como MISAK (1991, p.3) e HOOKWAY (1985), visto que o próprio Peirce não manteve coerência no uso do termo escolhido. O termo “pragmaticismo” e seus adjetivos criados por Peirce para diferenciar o seu pragmatismo daquele popularizado por William James foram utilizados somente quando estavam contidos nas citações de Peirce ou dos comentadores. O termo técnico *would-be* foi traduzido como “condicional” quando Peirce referia-se a ele somente como *would-be* e não como auxiliar de outro verbo. Quando *would* foi utilizado como auxiliar, a tradução foi feita normalmente, assinalando-se entre parênteses, se necessário, a peculiaridade técnica envolvida.

## **2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA FENOMENOLOGIA E DA SEMIÓTICA PEIRCEANAS**

O capítulo aqui desenvolvido aborda os conceitos peirceanos elaborados nas ciências da fenomenologia e da lógica, os quais serão utilizados como forma de explicação, nos capítulos seguintes, quando da abordagem da compreensão peirceana da ciência e da utilização do pragmatismo enquanto método na elaboração da teoria peirceana da verdade. Não se pretende, portanto, uma análise exaustiva das ciências da fenomenologia e da lógica, o que ultrapassaria o escopo desta dissertação, mas apenas a delimitação teórica e a função dos conceitos criados nestas respectivas ciências, os quais servem de base para o arcabouço sistemático de Peirce e, conseqüentemente, refletem-se no desenvolvimento de sua teoria da verdade. A maioria dos comentadores de Peirce concordam no que diz respeito a classificá-lo como um filósofo sistemático. Como exemplo específico, Fisch afirma que “ele foi o mais prolífico projetor e delineador de sistemas dos filósofos da América” (FISCH,1986, p.1), enquanto Hookway coloca que “ele foi, acima de tudo, um filósofo sistemático, apesar de nunca ter produzido uma apresentação coerente e unificada deste sistema” (HOOKWAY, 1985, p.ix). É com base nesta compreensão da filosofia de Peirce que a análise dos fundamentos teóricos da fenomenologia e da semiótica peirceanas se enquadra, visto que somente se “pode compreender suas discussões de assuntos relativamente concretos na lógica da ciência, p. ex., se a estrutura sistemática de seu pensamento for



problemas relacionados às Ciências Normativas, as quais não tinham chegado a uma definição dentro do esquema, portanto esta não poderia ser a perspectiva final de Peirce (KENT, 1987, p.116-118). Em 1903, as conferências desenvolvidas em Cambridge no *Lowell Institute* forneceram a perspectiva consolidada sobre o esquema de classificação. Kent afirma que o esquema reproduzido como “*Um Esboço da Classificação das Ciências*” (CP 1.180-202, 1903) foi suficientemente satisfatório até 1911 e é considerado a “versão perene” da classificação peirceana das ciências (KENT, 1987, p.121). KENT lembra, ainda, que Peirce pretendia uma imagem estereoscópica da classificação de forma a propiciar as mais diversas conexões entre as ciências, visto que a

classificação das ciências é como um esquema ‘em escada’(ladder-like) onde cada degrau é ele próprio uma escada de degraus, de maneira que o todo é mais como uma sucessão de ondas cada uma das quais carrega outras ondas e, assim por diante, até chegarmos às ciências particulares (328-20, c.1905) (Peirce **apud** KENT, 1987, p.135-6).

O objetivo da inserção deste esquema é possibilitar uma perspectiva diagramática prévia da classificação das ciências relacionada ao presente trabalho, portanto o comentário sobre o todo foge ao nosso escopo. Por não se relacionar a este trabalho, também, não se incluiu as divisões referentes às Ciências Especiais.

As divisões da filosofia, bem como sua dependência da matemática são desenvolvidas em todos os capítulos desta dissertação, de forma que as explicações procedentes e a importância da visualização do esquema estão no próprio texto.

## 2.2A fenomenologia e a doutrina das categorias

Em conformidade com o diagrama apresentado na página 10, a primeira divisão da filosofia é a fenomenologia, antecedente das ciências normativas e da metafísica, a qual se torna, portanto, “a base sobre a qual a ciência normativa vai ser erigida” (CP 5.39, 1903). A fenomenologia, como o autor a concebe, estuda os fenômenos a partir da observação direta dos mesmos, a fim de constituir posteriores generalizações e descrições específicas dos aspectos de cada fenômeno. Peirce afirma seguir Hegel ao denominar esta ciência de *fenomenologia*, embora não a restrinja à observação e análise da *experiência*, mas a estenda à descrição de todos os aspectos que são comuns a tudo que seja experienciado ou possa concebivelmente ser experienciado ou tornar-se um objeto de estudo em qualquer modo direto ou indireto (CP 5.37, 1903).

Por fenômeno, Peirce entende “o total coletivo de tudo o que está de qualquer modo e em qualquer sentido presente na mente, desconsiderando se corresponde a qualquer coisa real ou não” (CP 1.284, 1905). Dessa forma, Peirce propõe um amplo espectro de investigação para a fenomenologia, visto que o fenômeno a ser analisado pode ser fruto de um sonho, dor ou raciocínio hipotético. Faz-se necessário, no dizer do próprio Peirce, “abrir nossos olhos mentais, olhar bem para o fenômeno e dizer quais são as características que nele nunca estão ausentes” (CP 5.41, 1903).

Esta ciência é tida, portanto, como perscrutadora do universo aparente<sup>3</sup>, buscando na experiência direta do fenômeno, aspectos notáveis que podem ensejar a posterior generalização. Assim, apesar da malha fenomênica apresentar-se “inextricavelmente mixada”, há caracteres que se mostram díspares e podem ser separados com o intuito de estudo. É assim que surgirão as categorias da experiência e do pensamento, isto é, através do aspecto que se sobressai em cada fenômeno. Consoante Ivo Assad Ibri, são três as faculdades requeridas para analisar os fenômenos: “*ver, atentar para e generalizar*” (IBRI, 1992, p.6)<sup>4</sup>, as quais encontram correspondência na lição peirceana, qual seja, precisamos ver com olhos de artista, discriminar o aspecto específico do que estamos estudando e generalizar a essência da característica sob estudo (CP 5.42, 1903). Não se pode perder de vista a classificação das ciências e a compreensão de Peirce de que a fenomenologia depende unicamente da matemática, compreensão esta explicada pelo próprio Peirce:

Talvez me perguntem se é possível conceber uma ciência que não tenha como objeto declarar que algo é positivamente ou categorialmente verdadeiro. Respondo que não somente é possível conceber tal ciência, mas que tal ciência existe e floresce, e a Fenomenologia, que não depende de qualquer outra *ciência positiva*, entretanto deve, para bem se fundamentar, depender da Ciência Hipotética ou Condicional da *Matemática Pura*, cujo único

---

<sup>3</sup>Ver, p. ex., esta definição de fenomenologia: “‘fenômeno’ é para ser compreendido no sentido mais largo concebível, de maneira que a fenomenologia deve ser definida como o estudo do que aparece ao invés da afirmação do que aparece. Ela descreve os elementos essencialmente diferentes que parecem se apresentar naquilo que parecem” (CP 2.197; 1902). Peirce, ao que tudo indica, está se referindo à origem grega do termo “fenômeno”, “phainomenon” (“aquilo que se mostra”). IBRI (1992, p.21) afirma que a “concepção de categoria, no universo da Fenomenologia de Peirce, restringe-se a modos de ser das aparências, enquanto para Aristóteles, Kant e Hegel este conceito é propriamente utilizado no interior de suas respectivas lógicas.” HOOKWAY (1985, p.85) estabelece que, aqui, “o objeto de nossas investigações é normalmente o mundo da aparência, o mundo empírico e não o mundo das coisas em si mesmas: nós não podemos pretender conhecer as últimas”.

<sup>4</sup>As artes especiais da fenomenologia peirceana: a prescindibilidade e a abstração hipostática serão explicadas a seguir.

objetivo não é descobrir como as coisas atualmente são, mas como elas poderiam se supor que fossem, se não neste universo, então em outro.(CP 5.40, 1903)

É com base nesta afirmação que Hookway define a teoria das categorias de Peirce como “um conjunto de concepções altamente abstratas que funcionam como um sistema completo de *summa genera*; qualquer objeto do pensamento ou experiência pertence a uma ou outra das categorias” (HOOKWAY, 1985, p.80). Destarte, não é difícil compreender como a lista de categorias deve fornecer os conceitos que produzirão uma caracterização substantiva da verdade e da realidade, uma vez que “se nós temos um conjunto de categorias, nós temos um sistema de classificações que tem um lugar para algo que nós experienciamos ou refletimos” (HOOKWAY, 1985, p.80). A dependência da fenomenologia à matemática apresenta alguns reflexos kantianos<sup>5</sup> da filosofia de Peirce. O *a priori* é conhecimento independente da experiência. A fenomenologia de Peirce, como foi dito, depende somente da matemática pura, isto é, funda-se na aprioridade para construir uma lista de categorias que seja aplicada a toda e qualquer experiência. A compreensão de Hookway não é diversa quando afirma que “como toda a prática matemática, a fenomenologia está relacionada com *necessidades*; primeiridade, secundidade e terceiridade são *entes matemáticos*” (HOOKWAY, 1985, p.111). No âmbito da aprioridade em que se fundamenta a fenomenologia peirceana, as alegações matemáticas não são estimáveis em verdadeiras ou falsas, uma vez que não representam asserções sobre a realidade, mas, de outra

---

<sup>5</sup> “Se, porém, todo o conhecimento se inicia *com* a experiência, isso não prova que todo ele derive *da* experiência” (KANT, 1994, B1-B2).



maneira, as categorias constituem padrões que se refletirão nos relatos da verdade e da realidade. É através da estrutura da classificação das ciências de Peirce — onde a matemática, que lida com a construção de hipóteses, sustenta a filosofia — que podemos dirimir o possível questionamento da aprioridade das categorias que serão aplicadas e testadas na experiência.

Neste momento, manifesta-se a importância da fenomenologia na abordagem da obra de Peirce, uma vez que a formulação das categorias, funcionando como base da filosofia, transcende seu próprio âmbito e vai servir de complemento à lógica e à metafísica. O momento de surgimento das categorias universais, entretanto, é construído no ambiente metafísico de Peirce:

Nós começamos com nada, puro zero. Mas este não é o nada da negação. Por *não* designo *outro que*, e outro é meramente um sinônimo do numeral ordinal *segundo*. Assim como isso implica um primeiro, o presente puro zero é a priori para cada primeiro. O nada da negação é o nada da morte, o qual se torna segundo para todas as coisas. Mas este puro zero é o nada de não ter nascido. Não há nenhuma coisa individual, nenhuma compulsão, externa ou interna, nenhuma lei. É o nada germinal, no qual todo o universo está envolvido e prenunciado. Assim, é uma possibilidade absolutamente indefinida e ilimitada - infinita possibilidade. (CP 6.217, 1898)

Os fenômenos surgem deste “nada germinal”, sem compulsão nem lei, um estado de um *continuum* de múltiplas dimensões. Este “nada” encontra equivalência no que Peirce denomina “médada” (de μηδεν, nada), ou seja, “uma idéia absolutamente indecomponível, separada logicamente de qualquer outro” (CP 1.292, 1908). A idéia de médada insere-se no contexto da fenomenologia em que Peirce decide inspecionar a valência

dos elementos do *phaneron*<sup>6</sup>. Ao fim desta análise, o autor vai estabelecer a combinação em médada, mônada, díada e tríada. As três últimas equívalem às três categorias (primeiridade, secundidade e terceiridade), porque é deste nada (médada) que surge a primeiridade (*Firstness*), a categoria concernente à qualidade de sentimento, à mônada e à possibilidade.

Ao tratar da “manifestação da primeiridade”, Peirce utiliza palavras como “frescor”, “vida”, “liberdade”, explicando que este “livre” é “o que não tem nada por trás, determinando suas ações” (CP 1.302, 1894). O primeiro, portanto, é predominante no sentimento, não na ocorrência individual desta qualidade, mas na possibilidade, no poder-ser (*may-be*). Conforme Peirce

Não me refiro ao experienciar agora a sensação ou vivê-la na imaginação ou alguma memória. Nesses casos, a qualidade é apenas um elemento envolvido no evento. Interessam-me as qualidades em si mesmas, nelas mesmas que são meros poder-ser (*may-bes*) não necessariamente realizados.(CP 1.304, 1904)

Peirce salienta, assim, que da potencialidade ilimitada inicial originou-se uma potencialidade de alguma qualidade. Esta qualidade caracteriza-se pela unidade da consciência imediata, sem reação.

Quando há a ocorrência individual, o evento já envolve o conflito da segunda categoria, secundidade (*Secondness*). Surge no fenômeno a idéia de outro, de alteridade, juntamente com a idéia de negação. Neste momento é que se incluem conceitos-chaves como experiência e realidade. Para Peirce, a experiência é um evento e como tal reage sobre nós, forçando-nos a pensar diferentemente. Esta reação tem a característica da individualidade, onde o “outro” surge de modo direto e impõe a

<sup>6</sup>Peirce trata *phaneron* como sinônimo de fenômeno.

especificidade que o diferencia. Também, conforme este autor, “na idéia de realidade, a secundidade predomina; o real é aquilo que nos força a reconhecer algum *outro* diferente da criação mental” (CP 1.325, n.d). Cabe lembrar aqui, a influência que Peirce recebeu do conceito de realidade do escolástico John Duns Scotus, para quem o real é o que é independente do que qualquer mente ou coleção de mentes possa representá-la ser<sup>7</sup>.

Dentro da experiência da binaridade em que o elemento de negação exerce sua força, está presente também a dúvida. Como tal, a dúvida causa um estado de choque (característico da secundidade) que cria irritação ou hesitação<sup>8</sup>. Este conceito é de extrema importância, uma vez que é preciso também entender o tratamento peirceano da dúvida e da crença para entender sua concepção de verdade.<sup>9</sup>

A terceira categoria, por sua vez, é o “medium”, o vínculo de ligação entre o primeiro e o segundo. Neste nível, surgem aspectos teóricos sumamente relevantes ao desenvolvimento posterior de sua teoria, por exemplo, nas palavras de Peirce “algumas idéias de grande importância para a ciência e a filosofia onde a terceiridade predomina são generalidade, infinidade, continuidade, difusão, crescimento e inteligência” (CP 1.340, 1895). Emerge aqui, também, a idéia de signo ou representação sobre a qual nos deteremos em 2.3. A partir da terceira categoria Peirce nos oferece uma boa explicação da tarefa de sua fenomenologia:

---

<sup>7</sup>O aprofundamento do conceito peirceano de realidade será feito no capítulo 3, onde será discutida também a crítica de Peirce ao nominalismo.

<sup>8</sup> “Entre as formas internas que assume a binaridade estão aquelas das *dúvidas* que são forçadas sobre nossas mentes. A própria palavra ‘dúvida’ ou *dubito* é o freqüentativo de *duhibeo* - i.e., *duo habeo*, exibindo, assim, sua binaridade. Se não conflitássemos com a dúvida, não encontraríamos a verdade” (CP 2.84, 1902-3).

<sup>9</sup> A relação entre dúvida, crença e investigação será analisada no capítulo 3.

Um exercício muito moderado desta terceira faculdade [o poder generalizador] basta para nos mostrar que a palavra *Categoria* possui substancialmente o mesmo significado em todos os filósofos. Para Aristóteles, Kant, Hegel, a categoria é um elemento dos fenômenos com uma generalidade de primeira ordem. Segue-se, naturalmente, que as categorias são poucas como os elementos químicos. **A tarefa da fenomenologia é traçar um catálogo de categorias, provar sua suficiência, afastar redundâncias, compor as características de cada categoria e mostrar as relações entre elas.** Penso que haja, no mínimo, duas ordens distintas de categorias, as quais chamo de particular e universal. As categorias particulares formam uma série ou um conjunto de séries, sendo que somente uma de cada série está presente, ou, no mínimo, predomina em algum fenômeno. As categorias universais, por outro lado, pertencem a todo fenômeno, talvez uma sendo mais proeminente do que outra em algum aspecto daquele fenômeno, mas todas elas pertencendo a qualquer fenômeno. (CP 5.43, 1903; negrito nosso)

As três categorias foram denominadas “cenopitagóricas” em uma clara homenagem a Pitágoras e à matemática. O primeiro surge a partir do nada ou “puro zero” e caracteriza-se como “novidade”. O segundo se opõe ao primeiro, originando a idéia de outro, enquanto o terceiro que possibilita as demais relações é sinônimo de muitos, de geral, fundado na compreensão aristotélica de que o geral “é aquilo que naturalmente é apto a ser predicado de muitos” (CP 5.151, 1903; citando “Da Interpretação, 7” em latim e grego).

Peirce lembra “que antes que a palavra francesa *second* fosse introduzida no inglês, *other* era apenas o numeral ordinal correspondente a dois” (CP 1.325, n.d.). Assim, também, em francês, ainda se pode perceber a relação três↔muitos na palavra *très* (muito). Mesmo reduzindo a ampla gama das categorias a três, Peirce explicita a continuação múltipla a partir da terceira categoria<sup>10</sup>.

É preciso ter em mente, além da construção sistemática da filosofia de Peirce, o fato de que ele chegou a esta concepção categorial através de vários anos de revisão e melhoramentos, o que é característico de sua obra. Isso muitas vezes leva a interpretações apressadas e errôneas. Deste modo, aquilo que se apresenta como a teoria das categorias de Peirce é uma elaboração de aproximadamente quarenta anos. Alguns intérpretes dividiram as diferentes formulações de acordo com os métodos utilizados. Para Misak, Peirce teve três métodos até chegar a sua lista de categorias; o primeiro era kantiano, apresentado em seu texto “*Sobre a Nova Lista de Categorias*” (1867); o segundo era fenomenológico (1902-1904) e o terceiro adveio de sua *Lógica das Relações* (1908) (MISAK, 1991, p.71-2). Hookway, por seu turno, concebe apenas duas destas divisões, relativas às duas primeiras de Misak, não vendo acréscimo na da *Lógica das Relações* (HOOKWAY, 1985, p.90-111).

Seguindo a linha proposta por estes dois comentadores, o primeiro e mais antigo método utilizado por Peirce é essencialmente kantiano, visto que se trata de descobrir o que “é” através da redução da multiplicidade das

---

<sup>10</sup>O conceito de continuidade é central em toda a filosofia de Peirce. Após vários anos de reformulações, Peirce adotou a reunião das concepções aristotélica e kantiana da continuidade. Sobre o assunto ver IBRI (1992, p.65-66).

impressões do sentido a uma unidade via análise da proposição. Neste desenvolvimento, Peirce (CP 1.555, 1867) apresenta o que denominou “as cinco concepções universais”, listadas dessa maneira:

*Ser*  
    qualidade  
    relação  
    representação  
*Substância*

A “substância”, conforme Peirce, neste momento, é a concepção “mais próxima dos sentidos”, mas é basicamente uma concepção vazia, assim como “ser”; ambos somente fazem sentido quando unificados na proposição. Hookway explica que

a função da cognição é unificar substância e ser; em uma linguagem menos portentosa, a função da cognição é formar proposições que fornecem o sentido das muitas coisas que encontramos na experiência. Assim, Peirce procura explicar como é possível encontrar ordem em nossas várias experiências por formar proposições sobre elas. (HOOKWAY, 1985, p.91)

Já nesta época pode-se perceber os precursores das categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade, nesta primeira formulação apresentados como “acidentes” do ser e ordenados do mais mediato (qualidade) ao mais imediato (representação). Posteriormente, isto sofre uma clara inversão, uma vez que a qualidade será mais imediata e a representação a mais mediada. O argumento desta formulação, na perspectiva de Hookway, é duplamente kantiano, visto que “explora uma visão kantiana da função da atividade conceitual — unificar a multiplicidade do sentido. E também liga as categorias à lógica: nos parágrafos finais do

escrito de 1867, Peirce tenta derivar de sua análise da cognição uma lista de diferentes tipos de signos e usa isto como uma base para classificar argumentos” (HOOKWAY, 1985, p.97).

O segundo método é visto tanto por Misak como por Hookway como método fenomenológico e é o que caracteriza basicamente a fenomenologia que temos apresentado até agora, ou seja, “obter e estudar os tipos de elementos universalmente presentes no fenômeno” (CP 1.186, 1903). As categorias advindas deste estudo são designadas para descrever os aspectos gerais de cada classe de elementos que vêm à mente ou são experienciados. Cada classe é distinta, mas seus membros não podem surgir isolados (MISAK, 1991, p.72). Assim, as categorias são genuína e objetivamente distintas, mas todas elas estão sempre presentes nos fenômenos.

O argumento de Peirce reside sobre o uso da técnica de análise chamada “abstração” ou “prescisão” que se enraíza na filosofia aristotélica e escolástica<sup>11</sup>. Peirce elucida o uso desta técnica:

Os termos ‘abstração’ e ‘prescisão’, que foram primeiramente aplicados a todo tipo de separação, são agora limitados, não meramente à separação mental, mas àquilo que surge da *atenção para* um elemento e a *negligência de* outro. A atenção exclusiva consiste na concepção definida ou *suposição* de uma parte de um objeto, sem qualquer suposição de outra. (CP 1.549, 1867)

A técnica em questão torna possível separar e distinguir diferentes elementos de um conceito, de maneira que apesar de não podermos

---

<sup>11</sup>Peirce explica que o primeiro significado de “prescisão” “é derivado do significado dado por Scotus para *praecisio*: o ato de supor (seja com a consciência da ficção ou não) algo sobre algum elemento de um percepto, sobre o qual o pensamento habita, sem dar qualquer atenção a outros elementos” (CP 1.549, 1867; nota 1).

imaginar uma situação na qual um deles é realmente isolado, podemos dizer que os elementos são distintos (MISAK, 1991, p.71). A “relação de prescindibilidade”, entretanto, não é recíproca, uma vez que podemos prescindir o espaço da cor, por exemplo, mas não podemos prescindir a cor do espaço<sup>12</sup>.

A “prescindibilidade” e a “abstração hipostática” formam o que HOOKWAY (1985, p.104) chama as “artes especiais”<sup>13</sup> da fenomenologia peirceana. A prescindibilidade já havia sido utilizada por Peirce na elaboração da “Nova Lista de Categorias” e fornece um instrumento fenomenológico fundamental, qual seja, permite-nos localizar aspectos irreduzíveis do fenômeno e possibilita-nos focalizar quais destes aspectos são essenciais (HOOKWAY, 1985, p.104)<sup>14</sup>. A segunda arte especial advém da prática matemática e refere-se ao poder generalizador do matemático, o qual envolve o uso da abstração para obter modelos matemáticos altamente gerais para descrever o fenômeno. Através do uso da abstração hipostática podemos transformar expressões predicativas em substantivas e introduzir uma nova extensão de predicados, de tal forma que

---

<sup>12</sup>Exemplo apresentado tanto por HOOKWAY (1985, p.96) como por MISAK (1991, p.72).

<sup>13</sup>Peirce utiliza o termo “arte especial” em L 75, p.1, 1902.

<sup>14</sup>A técnica da prescindibilidade não pode ser usada para reduzir noções correspondentes à terceiridade peirceana, tais como lei, pensamento, significado, continuidade (HOOKWAY, 1985, p.105).



Por exemplo, podemos inferir  
A estufa possui pretura.  
de  
A estufa é preta.  
e então introduzir novos predicados de objetos abstratos  
tais como a pretura.(HOOKWAY, 1985, p.107)<sup>15</sup>

Na seqüência, Hookway explica que para alcançar a teoria das categorias de Peirce são requeridos dois passos da abstração hipostática: 1º através da nominalização de predicados, somos capazes de formular alegações sobre a valência dos fenômenos, de tal forma que podemos nos mover de “A deu B para C” para “A dando B para C é um fenômeno triádico”; 2º O segundo passo permite o movimento da última sentença para “A dando B para C possui terceiridade” (HOOKWAY, 1985, p.107-108). Assim, pode-se, de um movimento a outro, acrescentar um grau de generalização, de forma que a abstração hipostática pode-nos fornecer formulações cada vez mais abstratas e gerais.

Misak ainda salienta um terceiro método na teoria das categorias de Peirce advindo da Lógica das Relações. Por este método, as categorias são representadas por relações de  $n$ -lugar, sendo que tais relações caem em três classes fundamentais: monádica, diádica e triádica. Cada uma é irreduzível às outras e os predicados com mais de três lugares são redutíveis aos predicados triádicos<sup>16</sup> (MISAK, 1991, p.72). Entretanto, apesar desta divisão apresentada por Misak, o próprio Peirce considera

---

<sup>15</sup>Ver CP 1.548, 1867 sobre o mesmo exemplo.

<sup>16</sup>HOOKWAY (1985, p.98) desenvolve um contra-exemplo ao teorema peirceano de que predicados tetrádicos ou maiores são redutíveis a predicados triádicos, mas os triádicos não podem ser reduzidos aos diádicos; o contra-exemplo baseia-se na moderna lógica quantificacional, onde certos predicados triádicos são reduzidos aos diádicos.

este “terceiro” método como parte integrante do “segundo”, ou seja, do fenomenológico (CP 1.288, 1908).<sup>17</sup>

Hookway, ao pensar que as categorias de Peirce parecem “excêntricas”, propõe um paralelo cuidadoso com Frege que é apto a ajudar na compreensão da fenomenologia peirceana. O primeiro paralelo<sup>18</sup> advém da moderna lógica quantificacional, a qual teve suas idéias centrais desenvolvidas independentemente por Frege na Alemanha e por Peirce e seus alunos nos Estados Unidos. Após esta primeira aproximação, a analogia segue através da análise das premissas do silogismo clássico<sup>19</sup>:

Sócrates é mortal.

Todos os homens são mortais.

A despeito de suas diferentes terminologias, tanto Frege quanto Peirce repudiam este tipo de análise. Frege começa por identificar uma classe de nomes próprios, expressões como ‘Sócrates’, ‘César’, ‘o rei da França’, que referem-se a objetos. A primeira sentença acima também contém a expressão ‘. . . é mortal’. Esta é uma expressão incompleta ou insaturada; contém um espaço para ser preenchido por um nome próprio; é uma função lingüística que produz uma sentença completa quando um nome é inserido como seu argumento. (HOOKWAY, 1985, p.86)

---

<sup>17</sup>MISAK (1991, p.72, n.42) reconhece que fez esta separação apenas por conveniência.

<sup>18</sup>Além disso, tanto Frege com Peirce trabalharam dentro de uma estrutura largamente kantiana (HOOKWAY, 1985, p. 86).

<sup>19</sup>Hookway está apresentando os desenvolvimentos de Peirce e Frege em relação ao silogismo clássico.

O âmago da analogia surge através da distinção que Peirce faz entre ícones, índices e símbolos<sup>20</sup>. Os ícones peirceanos eram insaturados como as expressões-conceito ou predicados de Frege; enquanto os índices corresponderiam aos nomes próprios de Frege<sup>21</sup>. Para Peirce, qualquer proposição para fazer asserções deve conter ícones e índices. Hookway vislumbra a origem da semelhança no desenvolvimento da tabela periódica de elementos na primeira metade do século. Este advento

forneceu um modelo conceitual que foi útil no pensamento algébrico sobre funções, e o termo 'insaturado' foi assumido com este modelo. Foi numa reflexão posterior deste modelo que Peirce se referiu ao número de argumentos em um predicado como sua 'valência': '. . . matou . . .' tem valência dois, '. . . é mortal' valência um e assim por diante. (HOOKWAY, 1985, p.86-87)<sup>22</sup>

Dentro do sistema peirceano, a fenomenologia apresenta-se em um lugar fundamental, um lugar de alicerce para a filosofia. Suas relações com a matemática são cruciais para a compreensão do “mundo das aparências” onde as categorias são colocadas à prova. E como pedra basilar que é, a fenomenologia vai permear toda a filosofia peirceana. As categorias estruturam a arquitetura da filosofia, de forma que as “qualidades” da primeiridade preponderam nas próprias “aparências” da fenomenologia e nos “ideais admiráveis” da estética; a “alteridade e a reação” da secundidade assinalam os fins das ciências normativas e da ética e a generalidade da representação e da lei qualificam os propósitos da metafísica e da lógica.

---

<sup>20</sup>Esta é uma das divisões dos signos, quanto ao objeto, e baseia-se nas categorias.

<sup>21</sup>Para uma compreensão análoga, ver DELANEY (1993, p.137).

<sup>22</sup>É através da teoria química que Peirce também retira o seu argumento da irredutibilidade das relações triádicas às diádicas, ver CP 1.347, 1903, ; 1.292, 1908.

### 2.3A lógica como teoria geral dos signos

A lógica, como Peirce a concebe, é sinônimo de semiótica ou teoria geral dos signos, a doutrina quase-necessária e formal de investigação das leis gerais dos signos<sup>23</sup>, situada como terceira das ciências normativas, após a estética e a ética<sup>24</sup>. Assim concebida, divide-se em três: 1) Gramática Especulativa: ou teoria geral da natureza e significado de signos; 2) Lógica Crítica: que classifica argumentos e determina a validade e o grau de força de cada tipo e 3) Retórica Especulativa ou Metodêutica<sup>25</sup>: que estuda os métodos que devem ser perseguidos na investigação, na exposição e na aplicação da verdade (CP 1.191, 1903). Max Fisch nos oferece uma boa lição em relação à origem do termo semiótica e do porquê de seu uso por Peirce:

Para σημειωτική - a arte ou ciência ou doutrina ou teoria geral das semioses - ele usa *semeiotic*; muito menos freqüentemente, *semeiotics* ou *semiotit*; muito raramente *semeotic*; nunca *semiotics*. Para nos dizer como pronunciar sua forma preferida, ele assinala semeio'tic (MS 318:52). Sua razão para escrever e pronunciar foi provavelmente dupla. (1) Não há mais razão para *semeiotics* ou *semiotics* do que para *logics* ou *rhetorics*. (2) Tanto a escrita como a pronúncia devem ser (neste caso, no mínimo) signos da etimologia; isto é, tornaria evidente que a derivação é do grego σημειον, signo e não do latim *semi-* ("metade"). (FISCH, 1986, p.322)<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup>Ver CP 2.227, 1897.

<sup>24</sup>A relação das ciências normativas, bem como a sua análise será feita no próximo capítulo.

<sup>25</sup>A metodêutica será de fundamental importância no desenvolvimento desta tese, uma vez que é neste ramo que o pragmatismo está inserido e desenvolvido como método. Maiores aprofundamentos, a seguir e no cap. 3.

<sup>26</sup>A tradução portuguesa vigente preferiu "semiótica" não se atendo à etimologia grega do termo. Na citação, preferimos manter a ortografia inglesa, visto que não há as diferenças apresentadas em português.

Apesar de a concepção de “signo”(σημειον) remontar aos gregos e ter uma história dentro da filosofia e das ciências da linguagem<sup>27</sup>, Peirce é considerado o fundador da semiótica moderna e um dos grandes sistematizadores desta teoria<sup>28</sup>. Ele próprio, grande conhecedor da filosofia grega e medieval concebia-se como um pioneiro ou um eremita, no trabalho de clarear e abrir o que chama semiótica, isto é, “a doutrina da natureza essencial e as variedades fundamentais das semioses possíveis” (CP 5.488, 1907). Em um dos primeiros momentos em que usou o termo, em um curso oferecido na Universidade de Harvard, em 1865<sup>29</sup>, Peirce declarou que identificou a lógica com a semiótica através da proposta de Locke apresentada no último capítulo do *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (1690).<sup>30</sup>

A semiótica, portanto, pretende investigar a “natureza essencial e as variedades fundamentais das semioses possíveis”, de maneira que o objeto primordial desta teoria não é o signo, mas a ação do signo, a semiose. Esta ação, na compreensão de Peirce, é triádica e constitui-se do jogo de conceitos que compõe o signo: signo, objeto e interpretante. Com base, então, na concepção categorial do pensamento apresentada no item anterior, podemos refletir sobre o conceito de signo proposto por Peirce, lembrando que foram formuladas várias definições

---

<sup>27</sup>ECO (1991, p. 15-16), p. ex., afirma que a idéia de uma doutrina dos signos organizou-se com os estóicos e o projeto de uma ciência semiótica atravessou os séculos, seja na forma de tratados (em Aristóteles, Bacon, Peirce), seja como alusões espalhadas em discussões mais gerais (em Santo Agostinho, Husserl).

<sup>28</sup> Sobre isso: FISCH, 1986, p.326.

<sup>29</sup>FISCH (1986, p.322) assinala este momento como a “primeira fundação” da semiótica peirceana.

<sup>30</sup>Locke, nas últimas linhas desse ensaio, propõe a seguinte divisão das ciências: **a) physiké ou filosofia natural; b) praktiké; c) semeiotiké ou a doutrina dos signos** que a mente utiliza para o entendimento das coisas ou para transmitir este conhecimento a outros. Entretanto, Locke somente apresentou tal divisão, não a desenvolvendo por completo (LOCKE, 1978, p.343).

Um signo, ou *representamen* é algo que representa (*stands for*) algo para alguém, de alguma maneira ou capacidade. Remete-se a alguém, isto é, cria na mente daquela pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa (*stands for*) algo, seu *objeto*. Representa aquele objeto, não em todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia, que eu, às vezes, denominei o *fundamento* do *representamen*. (CP 2.228, 1897)<sup>31</sup>

Ao conceituar “signo”, Peirce, na maior parte das vezes, utiliza-se da expressão “*stands for*”, o que requer atenção face à sutileza envolvida. Os tradutores brasileiros da Coleção “Os Pensadores” ao traduzirem tal expressão por “representa” salientaram que é preciso pensar o signo como uma materialidade que “vale como”, traduzida de forma banal por “representa” (PEIRCE, 1983, p.99). Peirce pretende dinamizar o processo relacional que cria o significado como se o signo se estruturasse e, no mesmo lance, estruturasse o objeto para um interpretante. Este “ato de estruturação” envolve-se na própria substituição, à medida em que o signo significa algo diverso dele mesmo<sup>32</sup>.

O signo ou *representamen* surge, então, como um primeiro, situando-se no âmbito da potencialidade icônica do original. O objeto, como segundo, estabelecerá a resistência de um individual existente saído da vaga

---

<sup>31</sup>As “tríades semióticas” também não são um privilégio de Peirce. Elas já são encontradas, p. ex., na lógica estóica, em Aristóteles e Santo Agostinho. Os estóicos distinguem “o que significa” (dicção), “o que é” (objeto) e “o que é significado” (*lékton*); dois desses elementos são corporais, a dicção e o objeto, e um é incorporeal (o que é significado, o *lékton*, “o exprimível”). Aristóteles distinguia entre os “sons”, os “estados de espírito” e as “coisas”. Santo Agostinho pensava a relação composta por “*verbum vocis*”, “*verbum mentis*” e “*res*”. Deve-se dizer, entretanto, que qualquer comparação exige aprofundamento e cuidado. Para maiores informações sobre estas divisões ver ECO (1991) e NEVES (1987). Ainda, DELEUZE (1974) dedica grande parte desta obra à análise do incorporeal estóico.

<sup>32</sup>Ao definir “representar” (*represent*) para o *Dicionário de Filosofia e Psicologia* de Baldwin, Peirce escreveu: “estar em lugar de (*to stand for*), isto é, estar numa relação tal com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse aquele outro” (CP 2.273, 1902).

potencialidade. O interpretante, por sua vez, é o terceiro ou a idéia criada pelo signo. Este efeito (interpretante) representa também a relação entre o representamen e o objeto, determinando o fundamento do representamen. Dessa forma, há três correlatos que não se confundem, cabendo ao terceiro correlato da série determinar o fundamento de cada relação e criar outras séries de relações (sejam possíveis, existentes ou gerais) que a(s) interprete(m).<sup>33</sup> Revela-se portanto, o caráter contínuo da terceiridade que é o signo.

Peirce esforça-se para dizer que a ação triádica (semiose) do signo é diferente da ação dinâmica ou bruta porque aquela não necessita que um dos três elementos envolvidos seja uma coisa existente. Na interação dinâmica, ambos os elementos envolvidos têm que existir para que a relação possa se efetuar. Na ação do signo, ao contrário, um dos elementos pode não existir aqui e agora, mas ou já existiu ou poderá existir no futuro. Pode-se exemplificar desta maneira: para haver o choque entre um carro e uma árvore, ambos têm que existir em um determinado momento, mas o signo de uma ponte em uma placa de trânsito pode revelar uma ponte que não está mais lá.<sup>34</sup> A singularidade da semiose é acentuada mesmo quando os três fatores envolvidos são existentes, como na lição peirceana do clássico exemplo do movimento do mercúrio em um termômetro. Tal movimento é causado de um modo bruto e diádico pelo aumento do calor ambiente, mas que, ao ser percebido por alguém que seja suficientemente

---

<sup>33</sup>Conforme esta outra definição de signo: "Um *signo*, ou *Representamen* é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, chamado seu *Objeto*, que é capaz de determinar um Terceiro, chamado seu *Interpretante*, que assuma a mesma relação triádica com seu Objeto na qual ele próprio está em relação com o mesmo objeto." (CP 2.274, 1902).

<sup>34</sup>Exemplo citado por DEELY (1990, p.42).

familiarizado com termômetros, produz a idéia de aumento da temperatura ambiente. Dessa maneira, quando do ato da leitura do termômetro, um terceiro fator é introduzido, além das interações dinâmicas, a interpretação. O termômetro, enquanto visto e reconhecido como tal, produz um efeito além de si mesmo, um efeito interpretante próprio do signo, de tal forma que

como signo ele não apenas se representa dentro da experiência e no ambiente, mas também representa outra coisa, algo além de si mesmo. Ele não apenas existe (coisa), ele não apenas se manifesta para alguém (objeto): ele também se manifesta para alguém como representação de algo mais (signo). (DEELY, 1990, p.44)

O termômetro enquanto signo tem a mudança física de temperatura como seu objeto e produz em uma mente, o interpretante da mudança da temperatura ambiente; o signo, como terceiridade, é o elo de ligação da relação. O interpretante produzido pelo signo é o fundamento desta relação, uma vez que possibilita a própria relação do signo com algo mais, o significado. Este processo contínuo de desencadear interpretantes é o que caracteriza a semiose como processo de significação.



Fisch assinala que o conhecimento do termo *semiose* (semeiosis) veio a Peirce entre 1879-80, quando ele orientou a tese de Alan Marquand na John Hopkins University (FISCH, 1986, p.329). Para o desenvolvimento desta tese, foram utilizados os remanescentes dos escritos do filósofo epicureano Filodemo. Um destes escritos — *Peri sêmeiôn kai semeiôseôn*<sup>35</sup> — foi traduzido por Marquand em um ensaio denominado “A Lógica dos Epicureanos”. No tratado de Filodemo, o que mais impressionava era a grande freqüência do termo *semeiosis*. Notoriamente, o sufixo grego - *sis* significa ato, ação, atividade ou processo de, e Peirce

estava preparado para compreender semiose em um dos dois modos: (1) do lado do signo, como ação do signo, o funcionamento de um signo, ou (2) do lado do interpretante, como o interpretar de signos ou o inferir de signos. Filodemo usou-a primariamente no último sentido, e mais estreitamente enquanto o derivar inferências indutivas de signos indutivos. Mas para Peirce a ação do signo e a interpretação do signo não eram dois tipos diferentes de semiose mas um e o mesmo tipo de semiose considerada de dois pontos de vista. Agir como um signo é determinar um interpretante. (FISCH, 1986, p. 329).

O importante a gravar nesta versão peirceana dos signos e da semiose é o caráter precisamente indireto e mediador do signo e de seu modo de agir. A relação constitutiva do signo<sup>36</sup> nunca se dá de modo direto, porque depende de um outro que não ele próprio. O ser do signo é um ser relativo que envolve e excede as ações das coisas, o que torna possível a mediação entre o físico e objetivo, isto é, entre a ação das coisas (física) e a ação dos signos (objetiva). Essa característica indireta e mediadora do signo é o que possibilita a virtualidade da relação. Ora, o interpretante

---

<sup>35</sup>Traduzido como “Sobre signos indutivos e inferências”.

<sup>36</sup>Caráter vicário do signo.

sempre está no futuro, visto que, para Peirce, o significado racional está no futuro e a conduta futura é a única sujeita ao autocontrole lógico (CP 5.427, 1905)<sup>37</sup>.

Além das múltiplas divisões de signos elaboradas por Peirce, há a distinção entre objeto imediato e dinâmico e a classificação dos interpretantes, sendo que esta última envolve um dos argumentos da teoria peirceana da verdade. O objeto imediato, para Peirce, é aquele referente do signo e do interpretante na relação, enquanto que o objeto dinâmico é o originador da relação, caracterizando-se por ser mais geral, desta forma

... há dois tipos de objetos ... Isto é, temos de distinguir o Objeto Imediato, que é o Objeto tal como o próprio Signo o representa, e cujo Ser depende assim de sua representação no Signo, e o Objeto Dinâmico, que é a Realidade que, de alguma forma, realiza a atribuição do Signo à sua Representação. (CP 4.536, 1906)

Deduz-se da citação que, portanto, o objeto do signo é sempre, de alguma maneira, um signo. Este objeto que se apresenta no signo é o objeto imediato, única forma de acesso ao objeto dinâmico, reino do real. É lícito esclarecer que a relação a ser estabelecida dependerá da natureza do signo (ou seja, vago, singular ou geral, relativas ao tipo de categoria que se sobressai no fenômeno em questão).

A divisão relativa ao interpretante concretiza-se em duas séries. A primeira série concerne ao interpretante imediato, interpretante dinâmico e interpretante final. Dessa forma, o interpretante imediato é a possibilidade

---

<sup>37</sup>A influência do tempo sobre a conduta, a evolução das condicionais de Peirce (da condicional indicativa de 1878 para a condicional subjuntiva de 1903-1905), bem como a importância destes temas no desenvolvimento da teoria da verdade será feita no cap. 3 desta dissertação.

de interpretação ainda em abstrato, não-realizada, ou a conveniência de um signo ser compreendido de um certo modo; o interpretante dinâmico é o efeito realmente produzido sobre um intérprete, caracterizado como evento singular e o interpretante final é o efeito que eventualmente seria decidido como resultado da verdadeira interpretação. Há novamente a ressonância das categorias, uma vez que o interpretante imediato relaciona-se à primeiridade, o dinâmico à secundidade e o final à terceiridade. De suma importância para o objetivo deste trabalho é a idéia de interpretante final, visto que é neste nível que Peirce fala em verdade, por exemplo, dizendo que este interpretante "*finalmente decidiria* sobre a interpretação verdadeira de um signo, se o exame do assunto fosse levado a um ponto em que se atingisse uma opinião definitiva"(CP 8.184, n.d.).

Entretanto, há outra série de interpretantes derivadas do interpretante dinâmico<sup>38</sup>, a qual Peirce dividiu em interpretante emocional, energético e lógico. Peirce, neste momento, está buscando a conceituação do que seja o significado de um conceito intelectual, resposta esta que acredita ser solucionada através do estudo dos interpretantes (CP 5.475, 1907). Dessa maneira, o primeiro efeito significado de um signo é o sentimento por ele provocado, denominando-se interpretante emocional; se há o envolvimento de algum esforço, seja muscular ou mental, dá-se o interpretante energético, mas ambos nunca podem ser o significado de um conceito intelectual, o que, por sua vez, somente dar-se-á no interpretante lógico. Aqui surge a noção do pragmatismo como método de determinar os significados das palavras e conceitos, uma vez que o pragmatismo de Peirce, não tem nada a fazer com qualidades de sentimento, mas sim, deve lidar com os conceitos intelectuais,

os quais essencialmente conduzem a alguma implicação concernente ao comportamento geral tanto de algum ser consciente como de um objeto inanimado e conduzem a mais, não meramente a mais do que qualquer sentimento, mas ainda a mais do que quaisquer fatos existenciais, isto é, aos 'atos condicionais' ('would-acts'), ao 'fazer condicional' ('would do') do comportamento habitual; e nenhuma aglomeração de acontecimentos atuais pode completamente preencher o significado de uma 'condicional' ('would-be').(CP 5.467, 1907)

Peirce quer o pragmatismo como um método lógico de determinar significados específicos, no caso, o significado de conceitos intelectuais. Para tanto, o seu método deve se afastar da psicologia e eliminar o elemento sensório dos conceitos em questão, objetivando, desse modo, o

---

<sup>38</sup>Tese defendida por MISAK (1991, p.19).

significado racional<sup>39</sup>. No âmbito da lógica, o significado racional do conceito intelectual reside unicamente no interpretante lógico último, consistente no hábito ou mudança de hábito (*habit-change*). Na argumentação de Peirce, um signo desencadeia um signo subseqüente e assim *ad infinitum*, formando uma cadeia de interpretações. Entretanto, ele concebe o fim do processo ao introduzir a noção de interpretante lógico último, uma vez que este tipo de interpretante não tem outro signo (símbolo) como interpretante lógico (CP 5.491, 1907). A essência do interpretante lógico último é o conceito de hábito, o qual (de natureza essencialmente simbólica, só podendo ser conhecido racionalmente) consiste na expectativa de conduta de um intérprete hipotético em determinadas circunstâncias, conduta esta que Peirce definirá em termos de proposições condicionais ou *would-be's*; dessa forma, “se um signo não tem intérprete, seu interpretante é uma condicional (uma ‘would-be’), i.e., é aquilo que ele determinaria no intérprete se houvesse um.” (MS 318, Prag.43, 1907).

Com outras palavras e em outros momentos, Peirce utilizou “hábito” como sinônimo de “crença”<sup>40</sup>. Dessa forma, aqui ligam-se duas versões do conceito de verdade na teoria peirceana, a verdade enquanto interpretante lógico último, na qual se encerra um ciclo de interpretação e a verdade como o estabelecimento ou fixação da crença no final da investigação. Ora, se hábito é sinônimo de crença, as versões se complementam, porque a obtenção de uma crença inatacável pela dúvida (o conceito de verdade é visto em termos de dúvida, crença e investigação) é uma espécie de interpretante lógico último. Entretanto, a versão da verdade mais

---

<sup>39</sup>Sobre isso: CP 5.8, 1902; 5.28, 1903; 5.428, 1905.

<sup>40</sup>Ver, p. ex., CP 5.397-400, 1878.

desenvolvida por Peirce e a mais cabível segundo alguns comentadores<sup>41</sup> é aquela referente à fixação da crença no fim da investigação, obtida em termos da análise dos conceitos de dúvida, crença, experiência e investigação.

Misak , por exemplo, afirma que a versão peirceana da verdade advinda dos interpretantes é uma “formulação fraca”, porque desta forma, Peirce não chega a um modo baseado em princípios de identificar quais hipóteses são legítimas e quais são espúrias. Peirce, além disso, está **indeciso** ao associar o significado pragmático com o interpretante dinâmico (lógico último) ou com o interpretante final (MISAK, 1991, p.20-21). Neste sentido, este autor aposta que a melhor formulação da versão peirceana da verdade é a que utiliza a máxima pragmática como método (MISAK, 1991, p.26; 33-34; 44).

Em ambas as versões, entretanto, o pragmatismo figura como método e, sem dúvida, este método foi bem mais desenvolvido em conjunto com a versão da verdade como fixação última da crença. Este desenvolvimento está explícito na multiplicidade de artigos e manuscritos de Peirce sobre o pragmatismo, os quais são objetos de discussão na seqüência desta dissertação. Além disso, é curioso e digno de nota que, nas menções que Peirce faz da retórica especulativa ou metodêutica, ele raramente fale do pragmatismo, visto que este é o método que ele procurava e que, por fim, foi expresso em alguns manuscritos:

“O pragmatismo é claramente, de um modo principal, uma parte da Metodêutica” (MS 320:24) e “o pragmatismo é, então...uma mera regra da metodêutica, ou a doutrina do

---

<sup>41</sup>É o caso de MISAK (1991).

método lógico” (MS 322:13). É claro, a metodêutica depende da gramática especulativa e da crítica, de modo que o pragmatismo terá que ser clareado nestas duas primeiras partes da semiótica. Isto é, elas terão que fazer suas contribuições à prova<sup>42</sup>. Mas, como Peirce colocou em um manuscrito de uma carta a C.A. Strong em 1904 (MS L47), é “a esta terceira parte”, qual seja, à metodêutica, que o pragmatismo “pertence”. (FISCH, 1986, p.375)

O pleno entendimento do conceito peirceano de hábito depende ainda do desenvolvimento de seu relato da ciência e da investigação científica, no qual se inserem as fases desta investigação (abdução; dedução e indução), bem como da função da máxima pragmática, a relação entre as ciências normativas e o seu tratamento das condicionais. Estes assuntos serão analisados no decorrer desta dissertação.

---

<sup>42</sup>Fisch está se referindo à prova do pragmatismo procurada por Peirce ao longo de toda a sua vida e que segundo alguns comentadores ele não a encontrou. Sobre as “provas do pragmatismo”, HOOKWAY (1985, p.254-261) identifica dois argumentos sem dificuldade: 1º baseado na teoria da crença - problema: ainda precisava da psicologia; 2º baseado nos três tipos de inferência e no controle de hipóteses - problema: este argumento sempre corre o risco de encontrar um contra-exemplo; podem existir duas hipóteses que são plenamente equivalentes de acordo com a máxima pragmática, mas uma delas é preferível para a ciência. Hookway, a partir daí, envereda para sua teoria de que a prova mais consistente do pragmatismo seria a do interpretante lógico último (consistente na mudança de hábito da conduta). Por fim, afirma que Peirce nunca conseguiu construir a prova que estava procurando. FISCH (1986, p.373), por sua vez, acredita que a melhor “prova do pragmatismo” deve ser articulada através do conjunto da doutrina das categorias e da semiótica.

### **3 A COMPREENSÃO PEIRCEANA DA CIÊNCIA**

O capítulo anterior tratou de apresentar a compreensão peirceana de fenomenologia e de lógica, a fim de sustentar seu pensamento de maneira sistemática e diagramática como é demonstrado na classificação das ciências. Assim procedendo, analisamos a estruturação da doutrina das categorias e como Peirce a utiliza no desenvolvimento de sua lógica. Pode-se perceber, agora, a importância fundante da fenomenologia no conjunto do pensamento de Peirce e como ela permeia as demais divisões das ciências.

Ao fim do capítulo anterior, também vislumbrou-se onde está situado o pragmatismo defendido por Peirce, isto é, na metodêutica, a terceira divisão da lógica e como surge a relação metodológica entre o pragmatismo e a concepção de verdade.

A partir disso, cabe investigar e especificar como Peirce compreende a própria noção de ciência e qual a formulação de seu método científico, e como ele assim deriva os estágios da investigação científica, observando a função metodológica da máxima pragmática no controle de hipóteses. Nesta análise, segue-se o aprofundamento da relação entre as ciências normativas, uma vez que é desta análise que surge a compreensão de razão como conduta autocontrolada, conduta esta que é exemplar no âmbito investigatório da ciência.



Ainda, no decorrer deste capítulo, é feito o importante desenvolvimento da teoria da verdade como fixação da crença, onde Peirce faz a crítica de diversos métodos especiosos ao crescimento da ciência e apresenta o método preferido. Ademais, realiza a diferença fundamental entre crença e dúvida, chegando ao conceito de verdade enquanto uma crença inatacável pela dúvida, obtida por uma comunidade de investigadores no fim hipotético da investigação.

### **3.1A ciência na perspectiva de Peirce**

Como em muitos conceitos já trabalhados nesta dissertação (p. ex. fenomenologia e lógica), a compreensão peirceana da ciência é bem diferente de como a concebe a tradição filosófica. Mais uma vez, notamos o Peirce cientista, o homem de laboratório exercendo as suas habilidades teóricas fulcradas em anos de experimentalismo. É dessa maneira que devemos observar como Peirce pensa a ciência, uma vez que é em contraponto à própria compreensão tradicional de ciência de sua época que ele se coloca.

Em contrapartida às compreensões tradicionais de ciência como *episteme* e “corpo de conhecimento organizado ou sistematizado”, Peirce apresenta a noção de ciência como “coisa viva” (CP 1.234, 1902). No texto “*Classificação Detalhada das Ciências*”, Peirce afirma que a melhor tradução para *episteme* é “compreensão”, ou seja, “a habilidade ao definir uma coisa de tal maneira que todas as suas propriedades devem ser corolários de sua definição” (CP 1.232, 1902). Para Peirce, portanto, há diferença entre *episteme* enquanto compreensão e o que designamos como conhecimento. Como *episteme*, na tradução de Peirce, a ciência se solidifica em uma

definição, sendo que quanto mais perfeita a definição, uma vez que tem que abarcar todas as propriedades da coisa, tanto mais perfeita a descrição da coisa. Para Peirce, esta é uma definição abstrata de ciência, a qual presta especial atenção ao ímpeto classificatório, ao invés de ressaltar o labor científico como processo ou “modo de vida” (CP 7.54, 1902).

Eivada de defeitos também está a concepção de ciência como “corpo de conhecimento organizado ou sistematizado” utilizado por escritores contemporâneos de Peirce, os quais a retiraram da *Encyclopaedia Metropolitana* de Coleridge. Nesta concepção, a ciência é vista como um conjunto de prateleiras onde as verdades estabelecidas são rotuladas na mente de cada cientista, prontas para serem usadas quando chegar a ocasião conveniente (CP 1.234, 1902). Esta perspectiva leva, na visão de Peirce, a uma “exsudação” ou aos “remanescentes fossilizados” da ciência. Ou seja, “uma vez que a tarefa da ciência é generalizar a experiência e não meramente descrevê-la, e uma vez que a generalização leva a uma ‘predição virtual’, ela não pode ser restrita ao passado, como esta perspectiva sugere (8.155, 1901)” (KENT, 1987, p.81).

Claramente, Peirce mostrava-se preocupado com o caráter estático de ambas as definições correntes de ciência. Na sua perspectiva, a ciência não se caracterizava, nem encontrava suficiência no conhecimento, uma vez que o conhecimento sistematizado poderia ser simplesmente “memória morta”, enquanto que a ciência é o corpo crescente e vivo da verdade (HOOKWAY, 1985, p.67).

Em um texto complementar ao aqui discutido<sup>43</sup>, Peirce responde à pergunta “o que é ciência ?” dizendo que esta idéia personifica a epítome do desenvolvimento intelectual do homem (CP 7.49, n.d.). Ainda, alguns pensadores ou concordam com os antigos gregos ao fazê-la consistir em um *método* de conhecer, ou a observam como conhecimento sistematizado. Peirce está procurando o que é mais característico na ciência, se o método ou a sistematização; e, neste momento, afirma que apesar de problemática, a formulação de ciência como método de conhecer é um “corte mais profundo” (CP 7.49, n.d.). Mais adiante, neste mesmo texto, vale destacar o conceito peirceano de ciência em uma de suas melhores formulações:

Ciência deve significar para nós um modo de vida cujo propósito único que a anima é descobrir a verdade real, a qual persegue este propósito através de um método bem considerado, fundada no conhecimento total dos resultados científicos disponíveis já obtidos por outros, e que procura cooperação na esperança de que a verdade possa ser encontrada, se não por qualquer dos investigadores atuais, ainda ultimamente por aqueles que vem depois e que devem fazer uso de seus resultados. (CP 7.54, 1902)

Dessa maneira, pode-se depreender as principais características da ciência na versão proposta por Peirce, a saber, as noções de história e comunidade de investigadores, uma vez que a verdade não é obtida por um indivíduo isolado, em um tempo atual, mas, ao invés, é o resultado da colaboração de uma comunidade de investigadores “estendida além do tempo com uma unidade de propósito e método que os capacita a produzir muito mais do que a soma dos produtos dos investigadores individuais” (DELANEY, 1993, p.14). Além destas noções, está sempre presente na

---

<sup>43</sup> “Ciência” (CP 7.49-88); os parágrafos 49-52 estão sem data, 53-58 são de 1902, 59-76 são de 1882, 77-78 são de 1900, 79-88 de 1902.

concepção de ciência de Peirce, a noção de método, e a própria busca e a caracterização de método científico vai ser um de seus grandes empreendimentos<sup>44</sup>.

Peirce, em sua época <sup>45</sup>, vivia no que considerava a “idade dos métodos”. Todas as ciências estavam tomando novos caminhos e estes, por sua vez, estavam criando novas ciências, o que o levou a afirmar que a universidade que quisesse ser expoente da condição viva da mente humana, deveria ser a universidade dos métodos (CP 7.61-62, 1882). Entretanto, justamente por este fluxo rápido de mudanças e métodos novos, estava faltando uma teoria dos métodos e Peirce pretendia uma ciência da lógica que fosse como “a arte de projetar métodos de pesquisa — o método dos métodos”; esta seria a verdadeira e determinada idéia daquela ciência (CP 7.59, 1882). Para se obter a verdade na ciência é necessário adaptar os métodos de uma ciência para a investigação em outra<sup>46</sup> e para executar este tipo de trabalho é preciso uma mente bem treinada em lógica como Peirce a concebia.<sup>47</sup>

Em síntese, de 1893 em diante, Peirce distinguiu três sentidos da palavra “ciência”: (1) conhecimento certo e evidente (como na segunda regra da *Regulae* de Descartes); (2) conhecimento sistematizado (como na introdução de Coleridge à *Encyclopaedia Metropolitana*), um corpo de conhecimento ou “o cadáver da ciência”; (3) Como pesquisa, investigação: a

---

<sup>44</sup>Ver adiante análise dos métodos.

<sup>45</sup>Parágrafos 59-76 do vol. 7 dos CP: 1882.

<sup>46</sup>Peirce oferece vários exemplos: Darwin adaptou para a biologia os métodos de Malthus e os economistas; Maxwell adaptou para a teoria dos gases os métodos da doutrina dos acasos, etc...(CP 7.66, 1882).

<sup>47</sup>Apesar de, na perspectiva peirceana, a ciência estar destinada à verdade, a elaboração de métodos racionais de investigação obtidos por uma teoria idônea da lógica abreviará a espera e expedirá o resultado destinado (CP 7.78, 1900).

indústria total e principal de um grupo social, cujo o todo de suas vidas, ou muitos anos delas, são consagrados às investigações nas quais estão dedicadas, bem como à cada pessoa que está perseguindo objetivos similares (FISCH, 1987, p.420).

Destes três sentidos, o (1) estava obsoleto antes de começar o século dezenove e foi excluído por Peirce; o (2) prevaleceu até a metade do século dezenove e Peirce reservou um lugar para ele em sua classificação das ciências, sob o título “ciências da revisão”. Além disso, tanto (1) como (2) são retroativos e poderiam ser feitos por individuais e somente o (3) é projetivo e incorpora uma concepção social de ciência (FISCH, 1987, p.421). É para este terceiro e último sentido de ciência que o pragmatismo colabora com seu método de determinar as conseqüências projetivas de uma condicional sobre a conduta e constrói a concepção de verdade como o fim limite da investigação de uma comunidade de investigadores engajados na perseguição deste propósito.

### **3.2A relação entre as ciências normativas**

No capítulo anterior, estabelecemos os fundamentos teóricos da fenomenologia e da lógica e analisamos, ainda que sucintamente, o alicerce matemático<sup>48</sup> destas ciências na arquitetônica de Peirce. A partir destes fundamentos — uma vez que, novamente a matemática e a fenomenologia surgirão como base — nos propomos a fazer a definição de ciência normativa, a caracterizar cada uma delas e a traçar a relação de dependência existente entre elas.

---

<sup>48</sup>Ver, p. ex., o caráter *a priori* das categorias do pensamento e da experiência, bem como a caracterização da Matemática como “a ciência das conclusões exatas relacionada aos estados de coisas meramente hipotéticos” (Peirce **apud** KENT, 1987, p.142).

Peirce definiu ciência normativa, de um modo geral, como aquela que investiga as leis necessárias e universais da relação dos fenômenos com seus fins. Dividiu-a, especificamente, em estética, ética e lógica. Tal divisão é governada pelas três categorias, situando-se, portanto, a estética como aquela que considera as coisas cujos fins encerram qualidades de sentimento; a ética como aquela que considera as coisas cujos fins residem na ação e a lógica considerando as coisas cujo fim é o de representar algo (CP 5.129, 1903). Peirce salienta ainda que, entre tais ciências, há uma relação de dependência de tal forma que o esteticamente excelente é a base para o moralmente excelente que, por seu turno, sustenta o logicamente excelente. Desta maneira, o “raciocinador” (“reasoner”) lógico é aquele que mantém um grande autocontrole em suas operações intelectuais, dirigindo-as ao fim deliberadamente adotado; fim este que nasce do *summum bonum* (bem último), definido pela estética.

Para Peirce, o âmago da lógica reside na classificação e na crítica de argumentos. E, ao exercitar tanto a crítica quanto a classificação, é da natureza do argumento o fato de não poder existir sem que haja uma referência entre o argumento em questão e outra classe de argumentos. Assim, quando se obtém uma conclusão verdadeira em um ato de inferência, é porque, de qualquer maneira, em um caso análogo, uma conclusão análoga seria verdadeira. Ao classificar um argumento, todo aquele que raciocina também *aprova* o argumento. Tal aprovação, *qualitativa*, na visão de Peirce, pressupõe o *autocontrole*, porque é um ato voluntário.

Há eventos que escapam totalmente ao nosso controle, como o crescimento dos cabelos e das unhas, e para estes tipos de casos, a aprovação ou a desaprovação é completamente inútil; mas, ao contrário, no âmbito da ciência, quando elaboramos um experimento para comprovar uma teoria, ou quando utilizamos várias teorias matemáticas para chegar a uma fórmula de resolver um certo problema, estamos agindo voluntariamente<sup>49</sup>. Nesse ritmo, na perspectiva peirceana das ciências normativas, “a aprovação de um ato voluntário é uma aprovação moral” (CP 5.130, 1903) e, por consequência, a “ética é o estudo sobre quais as finalidades de ação que estamos deliberadamente preparados para adotar” (CP 5.130, 1903)<sup>50</sup>. É com base nestas afirmações que Peirce sustenta que o bem lógico é uma espécie particular do bem moral, mas tal bem moral deve ser derivado do *ideal admirável* advindo da estética.

### 3.2.1 Estética

Os escritos sobre estética de Peirce não são muitos. Várias elaborações e conjeturas são feitas por intermédio de sua divisões dos signos, principalmente aquela referente ao objeto<sup>51</sup>. Sendo assim, a análise de cada uma das ciências normativas nunca se dá isoladamente, mas é construída com o auxílio das descobertas das outras ciências, como foi dito no início do item anterior. Além disso, o número de textos sobre ética e lógica, sem nenhuma dúvida, é muito maior, e, conforme esta perspectiva, é necessário fazer o caminho contrário para descobrirmos como se

---

<sup>49</sup>Peirce afirma que o método científico tem duas partes: a observação e o raciocínio. A experiência forma a parte involuntária e a lógica a parte voluntária (CP 8. 41, 1885).

<sup>50</sup>Elaboração semelhante em 1.606, 1903.

<sup>51</sup>Qual seja: em ícone, índice e símbolo. Há aplicações desta divisão à literatura e à arquitetura de onde pode se derivar uma estética peirceana. Ver, p. ex., “A Pequena Estética” de Max Bense.

caracterizaria a estética de Peirce, a saber, de posse das análises e conceitos da ética e da lógica pode-se vislumbrar o que Peirce pretendia de sua estética.

Como a divisão das ciências normativas é governada pelas categorias, cabe à estética se ocupar da primeiridade dos fenômenos, ao que se relaciona às qualidades de sentimento. Mas, se ficarmos somente neste objetivo, o alicerce das ciências normativas ficará um tanto flébil, uma vez que a lógica, dessa maneira, fundar-se-ia num sentimento ?<sup>52</sup>

Através de uma análise acurada das ciências normativas, KENT (1987) responde a esta pergunta. Para este autor, a constituição da estética peirceana sofreu três grandes influências, a saber: (1<sup>a</sup>) a advinda da arquitetônica das ciências; (2<sup>a</sup>) a oriunda do problema do bem e do mal e (3<sup>a</sup>) a respaldada no pragmatismo.

Na primeira influência, Peirce procurou os caracteres básicos que a estética deve ter, quais sejam: é uma ciência teórica positiva; e uma vez que sucede a fenomenologia, as descobertas desta ciência, com a ajuda da matemática, fornecerão os princípios fundamentais da estética; entretanto, tais princípios precisam ser determinados; porque pertence à segunda divisão da filosofia, a estética deverá possuir as características comuns do dualismo das ciências normativas e como é a primeira destas ciências, refletirá a primeiridade de alguma maneira distintiva (KENT, 1987, p. 151).

O segundo elemento que influenciou Peirce adveio de sua leitura de *Substance and Shadow* de Henry James, obra que o levou a aceitar a solução de James, na qual Deus aprova o mal enquanto tal, não porque o

---

<sup>52</sup>Ver sobre este questionamento KENT, 1987, p.153.



mal é o único meio de obter seus propósitos, mas porque ele vê o mal enquanto admirável *per se*. Estas afirmações tiveram implicações na elaboração do objeto estético peirceano, uma vez que envolviam as determinações do bem e do mal, do fino e do vulgar, do prazer e da dor e Peirce estava à procura de um termo de uma generalidade tal que envolvesse o não-belo em seu significado<sup>53</sup>.

A terceira influência sobre a constituição da estética peirceana derivou-se de seu pragmatismo, uma vez que na concepção madura desta doutrina, o *summum bonum* consiste em um processo de evolução no qual o existente crescentemente personifica aqueles gerais que são reconhecidos como razoáveis (CP 5.433; 1905).

As três influências (apresentadas por Kent) tiveram grandes implicações na determinação do que Peirce pretendia com o seu *summum bonum*. Dessa forma, as descobertas da fenomenologia mostraram que no fenômeno há três elementos indecomponíveis, o que sugere que o fim último adequado precisa integrar as três categorias e não somente a primeiridade. A princípio, Peirce pretendia que a estética fosse a “ciência dos ideais ou do que é objetivamente admirável sem qualquer razão ulterior” (CP 1.191; 1903), ou seja, uma ciência atenta às qualidades de sentimento; mais tarde, a estética transformou-se na teoria da formação deliberada de hábitos de sentimento, sendo o próprio ideal este hábito de sentimento (CP 1.574; 1906).

---

<sup>53</sup>Esta alternativa foi responsável pela busca que Peirce fez à procura de um termo adequado que expressasse a qualidade estética. Para ele, não havia uma palavra em nossa linguagem que possuísse o requisito da generalidade pretendido; o inglês “beauty” e “fine” assim como o francês “beau” eram insatisfatórios. O termo que mais chegava perto era o grego “kalós” ou “agamai” que expressou a generalidade pretendida, envolvendo o “não-belo” dentro de seu escopo (ver CP 2.199, 1902 e KENT, 1987, p.155).

Assim agindo, Peirce utilizou as descobertas da fenomenologia englobando as três categorias para fundamentar o seu *summum bonum*, livrando a lógica de se basear em um sentimento. Sendo o *summum bonum* um hábito de sentimento, Peirce apela aos desenvolvimentos de seu pragmatismo e das outras ciências normativas, visto que o conceito de hábito não pode ser separado da ética e da lógica.

O argumento prevalecente na relação das ciências normativas de Peirce é a própria articulação envolvida entre estas ciências. Assim, pode-se dizer que a primeira e a terceira influência se complementam na fundamentação do ideal estético<sup>54</sup>. O *summum bonum* como hábito de sentimento envolve a indecomponibilidade das categorias e a determinação pragmática de que o *summum bonum* consiste no “contínuo crescimento da personificação da idéia-potencialidade” (Peirce **apud** KENT, 1987, p.157-8). Assim, sem ação ou hábito de ação, uma idéia-potencialidade nunca poderia se tornar um signo; ou, de outra maneira, agindo e adquirindo hábitos de ação, o próprio signo constituiu-se, tornando possível a transmissão de uma possibilidade e o vislumbre de um ideal estético consistente no crescimento da racionalidade<sup>55</sup> concreta. Ora, na

---

<sup>54</sup>A segunda alternativa apresenta tanto os problemas decorrentes da determinação de uma palavra precisa para designar o objeto estético (ver nota anterior) , como aqueles que derivam do elemento sensório: o prazer e a dor, o bem e o mal. Nesta alternativa, conforme KENT (1987, p.153-6), ou Peirce obtinha um ideal estético auto-satisfeito e estático ou apelava para uma mente sobre-humana, como Deus ou um super-homem.

<sup>55</sup> “Racionalidade” vem do inglês “reasonableness” e configura a idéia de cosmos evolutivo da filosofia peirceana. Nesta filosofia, o universo surgiu de um nada germinal, onde não havia nenhuma coisa individual, nem compulsão, nem lei, mas, isto sim, uma infinita possibilidade. Desta possibilidade, surgiram qualidades de algum tipo que Peirce exemplifica desta maneira:

Alguma coisa é possível,

Vermelho é alguma coisa

Vermelho é possível (CP 6.220, 1898). Desta maneira, do nada da possibilidade vazia, pela lógica evolucionária, surgiu a unidade de alguma qualidade e, assim, gradualmente, o universo dirigiu-se à regularidade da lei da aquisição de hábitos. Através desta tendência (ou hábito de ação), o universo vai realizando o crescimento da racionalidade (ou idéia-potencialidade). Ver, no capítulo anterior, sobre o surgimento das categorias.

potencialidade, há primeiridade; na personificação, há secundidade e no signo, há terceiridade. “Consequentemente, o ‘crescimento da racionalidade concreta’ fornece um ideal que envolve todos os três elementos do fenômeno. O autocontrole na aquisição de hábitos é o método pelo qual o ideal pragmático é para ser obtido” (KENT, 1987, p.158).

O *summum bonum* pretendido pela estética como objetivo último apresenta as características do que Peirce pensava como verdade, a saber, aquele objetivo evolui e obtém seu significado total somente em um futuro distante. Ou, em outra formulação, a verdade é o que se obteria no fim da investigação se esta investigação fosse perseguida até onde pudesse frutiferamente ir. Mais uma vez, é preciso articular as três ciências normativas para se obter o autocontrole (no âmbito da ética) necessário ao método pragmático, o qual possibilitaria a verdade enquanto a propriedade de hipóteses que seriam acreditadas se a investigação fosse perseguida até onde pudesse frutiferamente ir (âmbito da lógica).

### **3.2.2 Ética**

A ética compreendida por Peirce não se relaciona aos princípios de justiça nem com valores de vários tipos de conduta, nem com questões morais específicas. A ética, como a estética, nesta concepção, pretende-se em um nível mais geral. Tal ética precisa reconhecer sua dependência básica aos princípios da estética, sendo ainda suplementada pelas descobertas da matemática e da fenomenologia. Dessa forma, a ética deve fazer com que o *summum bonum* descoberto pela estética se torne um

objetivo deliberadamente existente. O objetivo enquanto um ideal geral<sup>56</sup> suprido pela estética precisa do agenciamento do autocontrole para sua realização. Neste autocontrole apresenta-se a ação, característica adequada ao fenômeno peculiar da secundidade da segunda ciência normativa.

Neste caso, é, então, a ação desenvolvida pela conduta controlada a que Peirce está se referindo, visto que é a única sujeita a uma aprovação ou desaprovação moral, conduta que está inserida no seguinte princípio ético peirceano: “o que está além do controle está além da crítica” (KENT, 1987, p.165). O raciocínio, nesta perspectiva, é um exemplo de conduta controlada, uma vez que

os fenômenos do raciocínio são, em seus aspectos gerais, paralelos aos da conduta moral. O raciocínio é essencialmente pensamento sob autocontrole, assim como a conduta moral é conduta sob autocontrole. Realmente, o raciocínio é uma espécie de conduta controlada e de tal forma necessariamente compartilha de aspectos essenciais da conduta controlada.(CP 1.606, 1903)

Dessa forma, Peirce vai sustentar a lógica como crítica e classificação de argumentos, visto que somente se pode criticar o que se pode controlar. Ao aprovar um argumento em uma inferência, estamos fazendo uma aprovação qualitativa e portanto moral e esta aprovação pressupõe autocontrole porque é um ato voluntário. A conduta científica é o exemplo mais sólido de como o autocontrole realiza sua função ética, uma vez que neste âmbito é necessária a progressiva comparação e deliberação

---

<sup>56</sup>Peirce afirma: “O objeto admirável que é admirável *per se* deve, sem dúvida, ser geral.” (CP 1.613, 1903).

sobre raciocínios específicos, dispostos em conjuntos de argumentos, amostras e teorias.

Enquanto a estética estuda a teoria da formação deliberada de hábitos de *sentimento* consistente no ideal estético, a ética faz suas próprias observações e estuda a teoria da formação deliberada de hábitos de *ação* consistente no ideal ético (KENT, 1987, p.165). A tarefa da ética peirceana é, portanto, estudar as condições gerais requeridas para tornar existente o objetivo adotado deliberadamente.

### 3.2.3 Lógica

As ciências normativas estudam a relação dos fenômenos com seus fins ou, de outra maneira, estudam o que deve ser, isto é, *ideais*<sup>57</sup>(CP 1.281, 1903). Já vimos que a estética estuda o que deve ser o fim estético através da teoria da formação deliberada de hábitos de sentimento e a ética estuda o que deve ser o fim ético através da teoria da formação deliberada de hábitos de ação. Na classificação diagramática das ciências, Peirce afirmou que a classificação das ciências é como um “esquema ‘em escada’(ladder-like) onde cada degrau é ele próprio uma escada de degraus” (Peirce **apud** KENT, 1987, p.135-6). Nesta perspectiva, as três ciências normativas se apresentam em conjunto onde cada degrau é também uma escada de degraus de tal maneira que ao analisarmos as ciências precedentes já estávamos utilizando a própria lógica.

O principal assunto da lógica é o raciocínio e raciocínio é pensamento sob autocontrole. Cabe à lógica normativa perguntar que

---

<sup>57</sup>Conforme Peirce, o fato deste dever ser ser um ideal é o que diferencia as ciências normativas (enquanto teóricas) das ciências práticas (CP 1.281, 1903).

teorias e concepções *devem* ser aceitas e, dessa forma, descobrir o fim do pensamento. Ora, pensamento é um tipo de ação, o que dá crédito à base ética da lógica, conforme Peirce:

A lógica, observada de um ponto de vista instrutivo, então parcial e estreito, é a teoria do pensamento deliberado. Dizer que qualquer pensamento é deliberado é implicar que ele é controlado com vistas a fazê-lo conforme a um propósito ou ideal. O pensamento é universalmente reconhecido como uma operação ativa. Conseqüentemente, o controle do pensamento com vistas a sua conformidade a um padrão ou ideal é um caso específico do controle da ação de fazê-lo conforme a um padrão; e a teoria do primeiro deve ser uma determinação específica da teoria do último. (CP 1.573, 1906)

O controle do pensamento com vistas a um ideal, obtido pela lógica, é uma determinação específica do controle da ação, desenvolvido pela ética, uma vez que o pensamento é uma operação ativa. Em outras palavras, Peirce dirá que a lógica é uma espécie de moralidade, exemplificando que um bem moral específico de representações é a *veracidade*, assim como há um bem estético que pode pertencer a um representâmen, a saber, a *expressividade* (CP 5.137-8, 1903).

Dessa forma, a lógica é uma aplicação de uma teoria mais geral da ação, mas com suas próprias peculiaridades, de tal forma que além da ética e da estética que a sustentam, a própria lógica acrescenta novas descobertas e objetos. Assim, de posse das características do ideal apresentado pela estética, um ideal evolutivo consistente no crescimento da racionalidade, e de como construiu-se este hábito de ação, sem o qual a idéia-potencialidade não poderia ter se tornado signo, a lógica — que tem a formação deliberada de hábitos de *pensamento* como finalidade —

conceitua, classifica signos e constrói métodos<sup>58</sup> de como obter aqueles ideais. O esquema em escada de Peirce torna-se “pensável” através da lógica que, após determinada em seus princípios e objetivos, faz o caminho inverso para especificar os próprios degraus de seu alicerce, quais sejam, a estética e a ética.

Ao articular as relações entre as ciências normativas, Peirce chega no “segredo do pragmatismo”(CP 5.129, 1903), a saber, a obtenção do bem lógico — a verdade — depende dos fundamentos arquitetônicos da lógica (estética e ética), bem como do desenvolvimento do método correto (o método da ciência) dividido nos estágios da investigação (abdução, dedução e indução). Tanto o próprio pragmatismo como os estágios da investigação são desenvolvimentos da Metodêutica, o terceiro ramo da lógica, de maneira que

o raciocínio idôneo, então, adota métodos que objetivam a verdade obtível quando gerações suficientes de investigadores a têm perseguido deliberadamente. A verdade absoluta ou uma aproximação indefinida a ela deve chegar se os métodos persistirem, porque a suposição é que a verdade será obtida em extensão (606.19[1905-6?]). Tal é o caráter daquele produto exemplar da metodêutica, o método científico. (KENT, 1987, p.178)

Ao se aplicar o método da ciência ao significado das palavras produz-se a máxima pragmática<sup>59</sup>. Dessa forma, a máxima é um princípio ou um teorema metodológico com vistas: (1) ao controle de hipóteses,

---

<sup>58</sup>Manter em mente as divisões da lógica: Gramática Especulativa ou Analítica; Crítica e Metodêutica.

<sup>59</sup> “Considere quais os efeitos que *concebeivelmente poderiam* ter conseqüências práticas, - especialmente ao modificar hábitos ou enquanto envolvendo capacidades, - você concebe que o objeto de sua concepção tenha. Então, sua concepção (interpretacional) destes efeitos é o (significado) total de sua concepção do objeto” (Peirce **apud** KENT, 1987, p.178). Vale assinalar que esta é uma das últimas versões da máxima (1907). Adiante nos deteremos em outras versões, bem como a elucidá-las.

qualificando-as entre científicas e espúrias, ou, de outra forma, entre as hipóteses que têm conseqüências concebíveis e as que não têm e (2) à obtenção de uma crença inatacável pela dúvida, ou seja, a verdade, sendo que (2) deriva de (1), porque ao longo da investigação há um certo aperfeiçoamento das hipóteses visando à superação das dúvidas. É através destas conseqüências que a verdade pode ser “a propriedade das hipóteses que seriam acreditadas se a investigação fosse perseguida até onde pudesse frutiferamente ir” (MISAK, 1991, p.44) A máxima pragmática é, então, a síntese metodológica de como se determina a verdade na perspectiva peirceana.

### **3.3 Os métodos de fixação da crença**

Na seqüência de textos de 1877-1878 intitulados “*Ilustrações da Lógica da Ciência*”, basicamente no primeiro deles<sup>60</sup>, Peirce distingue quatro métodos de fixação da crença que surgiram no pensamento da humanidade, a saber, o método da tenacidade, o método da autoridade, o método a priori e o método da ciência. Peirce detém-se a pormenorizar cada um deles, observando os defeitos dos três primeiros citados.

O método da tenacidade consiste na obtenção de uma crença particular, à qual um determinado indivíduo se atém, sem submetê-la ao questionamento de outros indivíduos. Peirce o qualifica como a adoção ferrenha e sólida de uma crença que, para alguém, é inteiramente satisfatória (CP 5.377, 1877). A deficiência deste método reside exatamente em seu caráter inabalável, tanto que não se submete à apreciação dos demais indivíduos. Para Peirce, tal método falha no momento em que a

---

<sup>60</sup> “A Fixação da Crença”.



“corrente social lhe é contrária” (CP 5.378, 1877), quando o detentor do método da tenacidade percebe as opiniões diversas de outros indivíduos.

A seguir, Peirce apresenta o método da autoridade, o qual se funda em algum sistema religioso ou político. Tal método pretende-se universal, visto que objetiva a manutenção de uma crença específica no pensamento de uma comunidade. Entretanto, dirá Peirce, por mais amplo que pretenda ser este método, ele não pode regulamentar todos os assuntos e moldar todas as condutas, uma vez que poderão existir indivíduos que perceberão que “em outras regiões e outras idades, os homens cultivaram doutrinas muito diversas daquelas que eles foram ensinados a professar” (CP 5.381, 1877).

Como se deduz das críticas já expostas, Peirce quer um método de fixar a crença não só no indivíduo, mas em toda a comunidade (CP 5.378, 1877), portanto o método da tenacidade é falho. Além disso, Peirce quer um método no qual se permita a escolha da proposição em que se decida crer (CP 5.382, 1877), logo o método da autoridade também fracassa. Peirce passa a expor, então, o método a priori, encontrando seu exemplo mais perfeito na história da filosofia metafísica, explicitando que

sistemas dessa ordem, em geral, não se apoiaram em fatos observados ou, pelo menos, não se apoiaram neles com maior intensidade. Foram adotados principalmente porque suas proposições fundamentais pareciam “agradáveis à razão”. A expressão é adequada; não se refere ao que é confirmado pela experiência, mas ao que nos sentimos inclinados a acreditar. (CP 5.382, 1877)

Apesar de, no dizer de Peirce, o método a priori ser, “do ponto de vista da razão, muito mais respeitável do que qualquer dos antes

mencionados” (CP 5.383, 1877), seu fracasso surge porque ele torna-se uma questão de gosto, para o qual nunca se chega a um acordo estável. Peirce, neste momento, lança mão de mais um requisito no qual seu método perseguido deve conter, qual seja, fixar a crença fundamentado em algo não humano, algo externo e estável no sentido de que afete ou possa afetar todas as pessoas. E “embora as maneiras de afetar sejam necessariamente tão diversas quanto as condições individuais, o método deve ser tal que as conclusões últimas de todas as pessoas sejam as mesmas<sup>61</sup>. Tal é o **método da ciência**” (CP 5.384, 1877; grifo nosso).

Após a demonstração dos métodos acima expostos, Peirce chega enfim ao método que considera correto para atingir as “conclusões últimas”, qual seja, o método da ciência. Este método, portanto, é o que possibilitará a verdade, conforme sua concepção. Em outras palavras, a verdade será a fixação última da crença, fixação esta que transcende o indivíduo, tornando-se a “opinião que está fadada à concordância última de todos os que investigam” (CP 5.407, 1878).

No artigo seguinte da série<sup>62</sup>, Peirce, a princípio, requer “um método que permita atingir a elevada clareza de pensamento” (CP 5.390, 1878), explicando que este método foi determinado como o método da ciência no primeiro artigo da série já referida e conclui afirmando que “a produção da crença é a função única do pensamento”(CP 5.394, 1878).

Uma crença, consoante Peirce, neste momento, é dotada de três propriedades, a saber, “primeiro, é algo de que estamos cientes; segundo,

---

<sup>61</sup>Ou “seriam as mesmas se a investigação fosse suficientemente perseguida”, Peirce acrescentaria em 1903, após optar pela condicional subjuntiva.

<sup>62</sup> “Como tornar claras as nossas idéias”.

aplaca a irritação da dúvida; e, terceiro, envolve o surgimento, em nossa natureza, de uma regra de ação, ou digamos com brevidade, o surgimento de um *hábito*” (CP 5.397, 1878). A essência da crença, por sua vez, é o estabelecimento de um hábito. Na “fixação da crença”, Peirce distinguiu praticamente dúvida e crença, de forma que “as crenças guiam nossos objetivos e moldam nossas ações” porque “o sentimento de crença é uma indicação mais ou menos certa de que se estabeleceu em nossa natureza algum hábito que irá determinar nossas ações” (CP 5.371, 1877). Ao contrário, “a dúvida é um estado desagradável e incômodo do qual lutamos para nos libertar” (CP 5.372, 1877); a dúvida não tem o mesmo efeito prático sobre a conduta que a crença tem, enquanto a crença prepara o comportamento para uma ação, a dúvida traz hesitação e choque. A dúvida funciona como um estímulo à indagação e ao desejo de investigar, é um evento singular que abala uma crença e faz surgir outra.

Misak aborda os métodos criticados por Peirce como métodos especiosos, salientando que nem todos são métodos propriamente ditos, mas maneiras de instilar uma crença pré-determinada em um indivíduo ou na comunidade (MISAK, 1991, p.64). A questão essencial, na perspectiva peirceana da fixação da crença, é qual o método capaz de estabelecer a crença *permanentemente*, ou de outra maneira, qual o método que torne a crença inatacável pela dúvida. Os métodos especiosos fixam algum tipo de estado mental, mas não são capazes de fixar a crença genuína. A crença genuína deve ser obtida através de um método que se ocupe com a experiência e leve em conta as lições da experiência recalcitrante. Ora, um método que não leve a experiência em consideração, não conduzirá à

crença genuína, visto que a experiência recalcitrante poderá apresentar novas dúvidas à crença em questão.

É preciso pensar que a verdade, na alegação de Peirce, não é para ser discutida em termos sublimes, mas, ao contrário, em termos cotidianos de investigação, crença, dúvida e experiência. Peirce dirige o foco sobre o que ele pensa que o transcendentalista perdeu de vista: o elo entre verdade e investigação (MISAK, 1991, p.41). É desta forma que a verdade torna-se guia e objetivo da investigação. Neste contexto, as alegações peirceanas sobre dúvida e crença não se reduzem meramente a observações sobre a psicologia; ao contrário, Peirce pretendia afastar a psicologia da lógica e, por conseqüência, de sua teoria da investigação<sup>63</sup>. Ao adotar a concepção de crença de Alexander Bain<sup>64</sup>, Peirce colocou-a como um hábito ou disposição para agir de um determinado modo em circunstâncias particulares. Poder-se-ia suscitar a seguinte questão: “hábito” não é um conceito psicológico ?<sup>65</sup> Apesar de a psicologia conceituar e desenvolver tal conceito, Peirce não o está elaborando estritamente nestes termos, mas, isto sim, em termos de signo e interpretação, e, portanto, dentro de sua respectiva lógica, uma vez que o hábito desenvolve e determina o significado (CP 5.400, 1878) e a própria tendência a adquirir e mudar de

---

<sup>63</sup>As críticas posteriores (a partir de 1900) de Peirce aos seus dois primeiros artigos de 1877-78 consistem essencialmente em três pontos: a não redução da lógica à psicologia; o nominalismo inserido nos escritos de 1877-78 e depois veementemente refutado e a mudança da condicional indicativa para a condicional subjuntiva (de will-be para would-be). Tais assuntos serão melhor analisados no próximo capítulo. Peirce afirma, p. ex., em 1903: “O meu escrito original [1878] conduzia de volta a um princípio psicológico. A concepção de verdade, em minha opinião, desenvolvia-se a partir de um impulso original para agir consistentemente, ter uma intenção definida. Mas, em primeiro lugar, isto não era claro, e, em segundo lugar, não acho satisfatório reduzir tais coisas fundamentais a fatos de psicologia” (CP 5.28).

<sup>64</sup>Sobre este assunto, ver o artigo de FISCH (1986, p.79-109) “*Alexander Bain and the Genealogy of Pragmatism*”.

<sup>65</sup>HOOKWAY (1985, p.50) apresenta a crença-hábito como fornecendo predições condicionais.

hábito é o que possibilitou o desenvolvimento do signo, nesta perspectiva<sup>66</sup>. Além disso, a própria elaboração do conceito de verdade (bem como do método adequado) enquanto um hábito último de interpretação ou como uma condicional subjuntiva do tipo: “se, se a investigação fosse perseguida até onde pudesse ir, *H* seria acreditado, *então H* é verdadeiro”, estão propriamente desenvolvidas dentro de sua lógica, ainda que amplamente considerada.

Dessa forma, dúvida e crença são pensadas em termos de *hábitos*, de maneira que uma “crença-hábito” manifesta-se em uma expectativa do tipo: se acreditamos em *H*, então habitualmente esperamos as conseqüências ou as predições que derivamos de *H* causadas quando a ocasião apropriada surge (MISAK, 1991, p.48). Neste sentido, uma dúvida verdadeira “é a que realmente interfere no funcionamento normal da crença-hábito” (CP 5.510, 1905) e não simplesmente o ato de alguém escrever num pedaço de papel que “duvida”. Esta dúvida “fictícia” (ou dúvida de papel) não poderá impulsionar a investigação porque desconsidera a experiência recalcitrante e as conclusões de uma comunidade de investigadores<sup>67</sup>. Peirce afirma que, na investigação, o único estado de espírito do qual alguém pode “partir” é o próprio estado de espírito em que se estiver no momento em que efetivamente se for “partir”, o que significa um estado carregado de uma imensa massa de cognições já formadas, da qual não se consegue despir-se mesmo que alguém quisesse (CP 5.416, 1905). Assim, não há como simplesmente escrever num pedaço de papel que “duvidamos”

---

<sup>66</sup>Ver anteriormente na relação entre as ciências normativas, as referências sobre a lógica evolucionária.

<sup>67</sup>Neste ponto consiste uma das principais críticas de Peirce ao projeto cartesiano, no qual as dúvidas são “dúvidas de papel” ou “de tinta”, p. ex., CP 5.265, 1868 e CP 5.416, 1905.

de todo o passado e de todo o conhecimento já adquirido e “partir” de um momento “zero” para se chegar a uma “verdade” metafísica. Para Peirce, este não é um método sério e acreditar nele seria abandonar a metodologia pragmática na qual verdade e falsidade são vistas em termos de crença e dúvida, desta forma:

Se os termos “verdade” e “falsidade” usados por você forem tomados em acepções que sejam definíveis em termos de dúvida e crença e de curso da experiência (tal como, por exemplo, eles o seriam se você definisse “verdade” como uma crença para a qual a crença tenderia se tendesse indefinidamente para uma fixidez absoluta) muito bem; nesse caso, você só estaria falando de dúvida e crença. Contudo, se por verdade e falsidade você entender algo que não seja de modo algum definível em termos de dúvida e crença, neste caso estará falando de entidades cuja existência você nada pode saber, e que a navalha de Ocam eliminaria de imediato. Seus problemas seriam bastante simplificados se, ao invés de dizer que quer conhecer a “Verdade”, você simplesmente dissesse que quer alcançar um estado de crença inatacável pela dúvida. (CP 5.416, 1905)

A investigação sintetiza-se neste caminho: “crença-hábito” — dúvida (experiência recalcitrante/privação de hábito) — investigação — “crença-hábito” até que se obtivesse uma crença permanentemente estabelecida, inatacável pela dúvida (verdade)<sup>68</sup>.

Devemos ressaltar, ainda, que Peirce sustenta que há um corpo fundamental de crenças indubitáveis, posição esta defendida pelo seu comum-sensismo crítico. Tal doutrina segue a esteira da crítica ao projeto cartesiano afirmando que assim como há dúvidas reais exercendo força sobre nós, também há crenças nos compelindo a aceitá-las, ou para as quais não se obteve a dúvida real. Peirce, entretanto, não afirma que tais

---

<sup>68</sup>Sempre se atendo à formulação na condicional.

crenças são infalíveis, mas que, isto sim, podem ser duvidadas<sup>69</sup>. Este corpo de crenças simplesmente forma a “massa de cognições” da qual um investigador ou grupo de investigadores “parte” em um determinado momento de investigação no qual ainda não se têm subsídios para que elas sejam duvidadas.

A questão é melhor explicada apresentando-se a diferença que Peirce faz entre “certeza substancial” e “certeza absoluta” ou entre “proposições indubitáveis” e “verdade absoluta”. Praticamente falando, Peirce afirma, há crenças que possuem “certeza substancial” e nós não duvidamos delas, mas isto é diferente da “certeza absoluta”, a qual só poderia ser obtida se soubéssemos o resultado da crença permanentemente estabelecida. Da mesma forma, as opiniões assentadas dos investigadores aqui e agora constituem as “proposições indubitáveis” enquanto a “verdade absoluta” seria (would-be) a crença assentada de uma comunidade de investigadores.<sup>70</sup>

Em síntese, tudo o que devemos solicitar de um método da investigação é que:

- (1) fixe a crença real (seja responsivo ao argumento e à evidência);
- (2) seja um método de investigação (não inicie com a resposta na mão);
- (3) seja contínuo (permaneça responsivo ao argumento e à evidência)<sup>71</sup>.

Com base no que já foi exposto neste capítulo é que Peirce vai optar pela preponderância do método científico, o método que seguiu as solicitações apresentadas acima, atendeu aos requisitos de sua doutrina e

---

<sup>69</sup>O que de outra maneira contrariaria o seu “falibilismo”.

<sup>70</sup>Sobre este assunto ver MISAK (1991, p. 53-55).

<sup>71</sup>Síntese elaborada em MISAK (1991, p.66).

envolveu a elaboração do pragmatismo e da concepção de verdade, de tal forma que se estruturou uma “afinidade natural entre o método que admitimos como o melhor e a versão da verdade que diz que a crença verdadeira é aquela que não seria invalidada pela experiência” (MISAK, 1991, p.63). Portanto, a investigação científica do estilo peirceano não deve começar com a “resposta na mão”, mas, ao contrário, deve partir de uma concepção mínima de investigação como fixação da crença, revogar os métodos especiosos de investigação (porque não consideram os ensinamentos da experiência recalcitrante) e permanentemente fixar a crença genuína. É desta forma que o método da ciência é um bom meio para o fim da investigação (a verdade), uma vez que oferece um máximo de expectativa e um mínimo de surpresa<sup>72</sup>.

### **3.4 Os três tipos de inferência concebidos como estágios da investigação científica**

Em continuidade à elaboração do método científico, Peirce apresenta os três tipos de raciocínio em um texto que faz parte das “*Ilustrações da Lógica da Ciência*”<sup>73</sup>. Cabe-nos elencá-los e desenvolvê-los, bem como demonstrar a posterior concepção destes tipos de inferência como estágios da investigação científica (1908).

Como já foi suscitado nas análises feitas em relação à lógica, Peirce via o método da ciência disposto em duas partes, uma involuntária (representada pela experiência) e a outra voluntária (representada pela lógica). Neste sentido, a lógica normativa diz quais são as teorias e

---

<sup>72</sup>Ver Peirce **apud** MISAK (1991, p.84)

<sup>73</sup> “Dedução, Indução e Hipótese” (1878).



concepções que devem ser aceitas e o processo de tal qualificação é estruturado através da determinação dos tipos de inferência: abdução<sup>74</sup>, dedução e indução.

Num determinado momento, Peirce viu os três tipos de inferência como também derivados de sua lista de categorias, na qual a abdução apresentaria a primeiridade presente nos ícones, assim como a indução era inferência através de um índice (secundidade) e a dedução ou reconhecimento das relações de idéias gerais era inferência através de um símbolo (terceiridade), mas tal tese de comparação não foi unânime nos escritos de Peirce<sup>75</sup>.

No texto de 1878, a explicação dos três tipos de inferência é apresentada pelo já clássico — na literatura sobre Peirce — exemplo dos feijões. A dedução procede da regra e do caso para o resultado:

**Regra:** Todos os feijões neste saco são brancos.

**Caso:** Estes feijões são deste saco.

**Resultado:** Portanto, estes feijões são brancos.

A indução procede do caso e do resultado para a regra:

**Caso:** Estes feijões são deste saco.

**Resultado:** Estes feijões são brancos.

**Regra:** Todos os feijões neste saco são brancos.

A abdução procede da regra e do resultado para o caso:

**Regra:** Todos os feijões neste saco são brancos.

**Resultado:** Estes feijões são brancos.

**Caso:** Estes feijões são deste saco.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> Também “retrodução” ou “hipótese”.

<sup>75</sup> Ver, p. ex., KENT (1987, p. 175).

<sup>76</sup> CP 2.623, 1878.

Desta maneira, a dedução é explicativa, enquanto a indução e a abdução são ampliativas e as inferências ampliativas são as únicas que podem introduzir novas idéias em um corpo de crenças (MISAK, 1991, p.91). Por fim, em seu pensamento mais maduro, Peirce classificará estes três tipos de inferência como estágios da investigação e colocará a abdução como uma forma de indução<sup>77</sup>(qualitativa).

É como estágios da investigação que estes três tipos de inferência adquirem maior importância para o nosso exame da relação entre o pragmatismo e a concepção de verdade. Neste sentido, o primeiro estágio da investigação é o abdução, onde a investigação começa pela ponderação dos fenômenos em todos os seus aspectos em busca de uma hipótese explanatória ou uma conjectura plausível sobre o inexplicável do fenômeno em questão (CP 6.469, 1908). Como a retrodução não fornece segurança, a hipótese deve ser testada; o segundo estágio da investigação é o dedutivo, onde são obtidas as consequências das hipóteses através de um exame minucioso. Por fim, a investigação entra no seu terceiro estágio (indutivo), no qual se obtém até onde aquelas consequências estão de acordo com a Experiência (CP 6.472, 1908).

Dessa maneira, os três estágios da investigação formam o âmago do método científico, o que nos leva a dizer, concluindo, que uma hipótese verdadeira seria acreditada no fim da investigação se ela fosse abduzida, tivesse consequências e sobrevivesse a todos os testes<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup>Ver CP 8.233, 1910.

<sup>78</sup>Conforme MISAK (1991, p.94).

### **3.5A questão da autocorretividade da ciência peirceana**

O tratamento dado por Peirce aos três estágios de investigação e aos tipos de indução conduz alguns comentadores a basicamente três espécies de problemas interligados: a autocorretividade da ciência, o crescimento do conhecimento e a tese da verdade como convergência, os quais apresentam divergências entre os referidos comentadores. O argumento da autocorretividade, sua relação com a verdade como convergência e o crescimento do conhecimento são trabalhados por RESCHER (1978); HOOKWAY (1985) analisa mais detidamente o crescimento do conhecimento e admite a tese da verdade como convergência; DELANEY (1993) mantém o argumento da autocorretividade da ciência enquanto a oposição ao tratamento dado por estes comentadores é defendida por MISAK (1991).

Antes de entrarmos no aludido confronto, estabeleceremos a divisão da indução feita por Peirce, constante de 1) indução rudimentar ou crua; 2) indução qualitativa e 3) indução quantitativa (estatística). A indução rudimentar é a utilizada por todos os seres humanos na vida diária consistente em alegações que projetam generalizações da experiência cotidiana, como, p. ex, “o trovão sempre é precedido pelo raio”<sup>79</sup>. Tal tipo de indução é o argumento mais fraco e mais pobre, utilizado quando não temos um mais sofisticado, tendo pouco ou nenhum papel na investigação científica (cf. CP 7.111-113, 1903). A indução qualitativa consiste, por seu turno, no argumento da realização de predições, um tipo muito utilizado na

---

<sup>79</sup>Ver RESCHER (1978, p.2).

investigação científica<sup>80</sup>. Quando os fenômenos são observados, surgem algumas hipóteses explanatórias para explicá-los; assim, estas hipóteses devem ser testadas pelo processo de explorá-las como base para predições, as quais são confrontadas pelo curso atual do desenvolvimento da experiência. A hipótese que melhor se comporta no teste é adotada até que seja ultrapassada por um teste posterior. Neste sentido, a indução qualitativa é a parceira da abdução no comportamento do método científico de Peirce. A terceira e mais importante, a indução quantitativa refere-se ao cálculo estatístico de resultados de amostras, do tipo: a frequência observada de alguma propriedade-alvo em uma amostra pode ser tomada como índice para a frequência atual da população. Para Peirce, a indução quantitativa é o tipo mais importante de indução porque ela se encarrega da automonitoração das hipóteses científicas.

Rescher aborda em sua obra *Peirce's Philosophy of Science* o problema da autocorretividade da ciência. Segundo este autor, o método indutivo usado por Peirce leva inevitavelmente à verdade porque é autocorretivo. Este método, quaisquer que sejam os erros e acidentes ocorridos no caminho, tem a capacidade de produzir o resultado correto a longo prazo (*in the long run*) (RESCHER, 1978, p.1 e ss.). Rescher fundamenta sua teoria na própria elaboração do conceito de verdade de Peirce — o qual é obtido a longo prazo e após uma série de testes de hipóteses — acentuando o caráter de automonitoração da indução quantitativa.

---

<sup>80</sup>Equivalente ao método conhecido como hipotético-dedutivo (cf. RESCHER, 1978, p.3 e HOOKWAY, 1985, p.222).

Com base na divisão da indução, pode-se sintetizar desta maneira, a argumentação de Rescher: 1) a indução quantitativa é autocorretiva; 2) a indução qualitativa pode ser monitorada pela indução quantitativa; 3) o método científico é autocorretivo no sentido de que a indução quantitativa assume o papel de controle. Dessa forma, a indução como um todo — o método científico em geral e não cada uma das diversas partes da indução — é autocorretivo no sentido da automonitoração. Rescher conclui afirmando que a ciência peirceana é autocorretiva no sentido de que há um *desempenho autocorretivo monitorante* da ciência, consistente na monitoração estatística de sucessos e fracassos das hipóteses. Esta “*performance-monitoring*” parte da indução quantitativa para a indução como um todo e daí para o método científico em geral, uma vez que a *performance-monitoring* e a *theory improvement* (teoria do melhoramento) constituem os dois aspectos da autocorretividade da ciência (RESCHER, 1978, p.7-15).

Delaney segue no mesmo trilha de Rescher, ratificando o seguinte ponto: o processo de confirmação (a fase indutiva da investigação) não é observado como o grau de garantia de qualquer teoria específica em relação a resultados específicos de testes, mas em termos de um efeito a longo prazo dos testes empíricos continuados. Nesta perspectiva, a autocorreção da ciência é direcionada ao *processo total* da investigação além do tempo, onde as melhores hipóteses serão geradas (DELANEY, 1993, p.44).

Hookway restringe-se a colocar os dois tipos mais sofisticados de indução como autocorretivos, sem maiores ampliações sobre a teoria

peirceana da ciência. Entretanto, faz derivações da divisão das induções em relação ao crescimento do conhecimento e admite a teoria peirceana da verdade como convergência (HOOKWAY, 1985, p.39-40 e 228).

A crítica de Misak recai justamente sobre estas derivações da teoria da indução e da autocorretividade da ciência feitas principalmente por Rescher <sup>81</sup>. Tais derivações conduzem as elaborações sobre a indução a conclusões relativas ao crescimento do conhecimento e a um tipo de interpretação que compromete a teoria peirceana da verdade. De acordo com Misak, estas interpretações deixam de lado três pontos importantes da filosofia de Peirce: 1) a separação das teorias da indução e a da verdade; 2) a impossibilidade de identificação da indução somente com o método científico; e 3) a diferença entre convergência e consenso.

Misak afirma que a autocorreção da ciência estava na ordem do dia da filosofia da ciência no tempo de Peirce e ele usou este termo de um modo muito liberal, constituindo teses diversas e esparsas sobre a natureza autocorretiva da indução dentro de seu trabalho. Além disso, Peirce “não identifica indução com método científico e somente ocasionalmente alega que a própria ciência é autocorretiva. Seu argumento central é que a ciência, utilizando o método da abdução, dedução e indução, eventualmente alcançaria a verdade porque está conectada com a experiência” (MISAK, 1991, p.118).

Outro detalhe importante que passa despercebido pelos comentadores criticados por Misak é a diferença existente entre convergência e consenso. A convergência é uma noção matemática que

<sup>81</sup>Além disso, MISAK (1991, p.113-124) deplora a comparação de Peirce com Reichenbach feita por Rescher.

afirma que as medidas convergem quando, para dois parâmetros com medidas diferentes, a diferença entre as medidas gradualmente diminuem até o mínimo. O consenso é matéria de concordância. Em determinado momento as crenças podem convergir, mas no sentido de *coincidir*. Na teoria peirceana da verdade o que está em questão é a *concordância* (MISAK, 1991, p.122-3)<sup>82</sup>.

A partir destes erros apontados por Misak, aqueles comentadores deturpam a concepção de verdade, colocando-a como uma convergência obtida pela autocorreção gradual da indução científica, onde cada crença é como um tijolo acrescido a outro tijolo para formar o muro do conhecimento. Sob a ótica de Misak, entretanto, o panorama da ciência peirceana não é este de colocar

blocos indubitáveis um sobre o outro para que possamos progredir em direção à verdade. Ao invés, o panorama é aquele da dúvida (experiência recalcitrante) nos forçando a investigar até que encontremos outra crença resistente à dúvida. O solo sobre o qual a investigação caminha não é sólido e é somente o perigo de perdermos nosso apoio que nos faz ir para frente. A dúvida e a incerteza fornecem o motivo para a investigação. (MISAK, 1991, p.124)

Dessa maneira, não há como desvincular a teoria da verdade, das noções de fixação da crença, dúvida real, o caminho da investigação, experiência recalcitrante e o método pragmático. Ao desvincular a teoria peirceana da verdade destas noções complementares estar-se-á comprometendo tanto o caráter sistemático da filosofia de Peirce como as características básicas de seu conceito de verdade: a de guia e meta da investigação. E este guia somente cumprirá seu papel se as condições de

---

<sup>82</sup>MISAK (1991, p.120-123) inclui Quine entre os que optam pela tese da convergência.

cada investigação forem preenchidas frutiferamente. O que mais importa nesta versão da verdade é o caminho, o caráter processual da investigação, onde há idas e vindas (“o solo da investigação não é sólido”) em busca de uma concordância e não de uma convergência. Tal fato também explica a obsessiva busca peirceana pelo método correto. Nesta perspectiva, não se pode determinar como seria o mundo e a ciência no distante *long run*, mas apenas tê-lo como sinalizador do caminho da investigação.



#### **4 A RELAÇÃO ENTRE PRAGMATISMO E VERDADE**

O capítulo anterior tratou de apresentar a perspectiva ampla da ciência na concepção de Peirce. Neste panorama, procedeu-se à análise da relação entre as ciências normativas e a realização do fundamento arquitetônico da lógica, alicerçada pela estética e a ética, chegando-se, a seguir, no que Peirce chamou o “segredo do pragmatismo”, isto é, a obtenção do bem lógico advém do pleno desenvolvimento do sistema, principalmente na parte destinada ao método da ciência (a metodêutica).

Com o escopo de preenchermos o caminho escolhido por Peirce para o desenvolvimento de sua teoria da verdade, dedicamo-nos, portanto, às críticas aos métodos especiosos e ao estabelecimento do método correto. Na seqüência, o método da ciência foi dissecado na divisão dos três tipos de inferência, bem como na concepção madura destes tipos de inferência como estágios da investigação. Por fim, suscitamos a controvérsia existente na interpretação sobre a autocorretividade da ciência peirceana, visto que tal questão faz parte do conjunto de temas que constrói a referida teoria da verdade.

A partir deste caminho, ainda nos cabe elaborar a relação existente entre pragmatismo e verdade, utilizando, para tanto, as construções feitas até o momento nos dois capítulos anteriores. Desta maneira, abordaremos a crítica ao nominalismo feita por Peirce, a qual desemboca em um tipo de compreensão da realidade, bem como na apresentação de uma versão madura de seu conceito de verdade.

Ainda neste caminho, chegaremos ao âmago desta dissertação, onde discutiremos os dois pragmatismos, as duas perspectivas acerca da verdade, bem como a caracterização pragmática deste conceito.

#### **4.1 Verdade e realidade**

As célebres críticas à corrente filosófica denominada de “nominalismo” foram constantes em toda a carreira científica de Peirce. É necessária uma abordagem sistemática e processual dos escritos de Peirce para vislumbrar a sua própria evolução de um nominalismo inicial e conjuntural até o seu proclamado realismo<sup>83</sup>, de tal maneira que o próprio Peirce reconheceu em artigos mais tardios a influência nominalista sobre os primeiros escritos<sup>84</sup>. Para tanto, cabe-nos esclarecer que esta análise recairá sobre três momentos: 1) 1868-1871 - nos três artigos sobre cognição publicados no *Journal of Speculative Philosophy* (1868) e na resenha dos trabalhos de Berkeley (1871); 2) 1877-1878 - nos dois primeiros artigos das *Ilustrações da Lógica da Ciência* e 3) 1896-1905 - no que se pode denominar, de um modo geral, conferências sobre o pragmatismo.

Além disso, é lícita uma prévia explicitação de quais as características do nominalismo ao qual Peirce se opunha, uma vez que se trata de um panorama manifesto em uma ampla gama de teorias filosóficas. Como exemplo específico, Hookway elenca duas características típicas e familiares do nominalismo em questão: 1) esboça uma distinção entre duas faculdades - a faculdade receptiva da percepção através da qual somos

---

<sup>83</sup>BRENT (1993, p.48), na biografia de Peirce, assinala que o ambiente cultural onde Peirce nasceu e se educou apresentava características eminentemente nominalistas, exemplificadas pelo livro de Whately onde Peirce aprendeu lógica. Ainda, uma ótima apresentação desta evolução é oferecida no artigo “*Peirce’s Progress from Nominalism toward Realism*” em FISCH (1986, pp. 184-200).

<sup>84</sup>Neste caso, as críticas de 1905 aos artigos de 1878: CP 5.438-457.

confrontados com objetos particulares e estados de coisas e a faculdade usada quando usamos o raciocínio para comparar percepções e formular leis gerais; 2) tem uma concepção distintiva de realidade: a realidade é o que é encontrado na percepção, como causa eficiente das nossas sensações (HOOKWAY, 1985, p.21).

Peirce solapa a primeira característica acima nos três artigos sobre cognição de 1868<sup>85</sup> e discute a segunda característica na resenha de Berkeley de 1871. Ambos os momentos são tratados por FISCH (1986, p.184) como os primeiros passos rumo ao realismo peirceano. Na crítica à primeira característica, Peirce faz as seguintes afirmações: (1) não temos poder de introspecção, mas todo o conhecimento do mundo interno é derivado, por raciocínio hipotético, de fatos externos; (2) não temos poder de intuição<sup>86</sup>, mas toda a cognição é determinada logicamente por cognições prévias; (3) não temos nenhum poder de pensar sem signos; (4) não temos nenhuma concepção do absolutamente incognoscível (CP 5.265, 1868). Em síntese, Peirce afirma que, no panorama nominalista, as sensações resultam imediatamente da ação do objeto do pensamento (algo que está fora) sobre a mente, cabendo à razão teorizar sobre as sensações. Nesta perspectiva, o caráter de uma coisa-em-si é invocado para explicar o caráter da intuição, mas tal possibilidade fica prejudicada na medida em que não temos conhecimento de uma coisa-em-si; assim, “o defensor da intuição alega explicar algo em termos do que não pode explicar algo” (HOOKWAY,

---

<sup>85</sup>Os artigos são: Questões Referentes a Certas Faculdades Reivindicadas pelo Homem (CP 5.213 e ss.); Algumas Conseqüências de Quatro Incapacidades (CP 5.264 e ss.) e Fundamentos de Validade das Leis da Lógica: Mais Conseqüências de Quatro Incapacidades (CP 5.318 e ss.).

<sup>86</sup>Não há poder de intuição, tomando-se esta no sentido de ser uma cognição não determinada por uma cognição prévia e que, portanto, está determinada por *algo fora* da consciência (CP 5.213, 1868).

1985, p.28). Como na perspectiva peirceana não há nenhuma concepção do absolutamente incognoscível, — portanto uma palavra sem significado<sup>87</sup> — não há como pensar a intuição determinada por algo fora da mente e sem outra cognição prévia.

Se o panorama nominalista é adotado, o papel do raciocínio (a segunda faculdade) fica seriamente prejudicado porque não há como fornecer verdades estabelecidas sobre um mundo conhecido somente através dos efeitos das sensações, a não ser que o raciocínio seja garantido pela benevolência de Deus. Tal problema dá margem ao ceticismo, uma vez que assim podemos duvidar de quaisquer crenças que resultem desta atividade cognitiva fundada na obscuridade das sensações, o que se choca diretamente com a perspectiva peirceana de um corpo inicial de crenças e a crítica à dúvida fictícia do ceticismo cartesiano<sup>88</sup>. Peirce dirá em algumas ocasiões que o nominalismo tende a um panorama da realidade como um reino de coisas-em-si incognoscíveis<sup>89</sup>.

No primeiro artigo da série de 1868, Peirce fornece vários exemplos para demonstrar que não é necessária nenhuma faculdade intuitiva para discernir o intuitivo das cognições mediatas: alguém que jura ver um mágico passar dois anéis sólidos um através do outro quando de fato nunca estiveram separados; o ponto cego da retina; a distinção de diferentes texturas de tecido pelo tato; as vibrações auditivas produzidas pelos sons que determinam a altura dos tons, etc...(CP 5. 216-222). Em todos os

<sup>87</sup>Neste sentido: “o significado de uma palavra é a concepção que ela conduz, o absolutamente incognoscível não tem significado porque nenhuma concepção se liga a ele. É, portanto, uma palavra sem significado, e, conseqüentemente, o que é significado por qualquer termo como ‘o real’ é cognoscível em algum grau e então é da natureza de uma cognição, no sentido objetivo deste termo” (CP 5.310, 1868).

<sup>88</sup>Ver capítulo anterior.

<sup>89</sup>CP 5.312, 1868; 6.492, 1896.

casos, Peirce afirma que está em ação um conjunto de impressões apreendido e comparado por uma cadeia de cognições que *interpreta* a informação formando a nossa experiência. Neste *processo*, não é pela mera contemplação nem através de uma faculdade intuitiva que concebemos algo, mas sim pelo desencadeamento de cognições já formadas ou em formação.

Entretanto, os artigos de 1868 são considerados muito esquemáticos e assinalam uma concepção incipiente de muitos assuntos desenvolvidos posteriormente por Peirce ao longo de sua carreira (HOOKWAY, 1985, p.19) e muitos dos quais já foram abordados neste texto, tais como a doutrina das categorias, os fundamentos arquitetônicos da lógica e a teoria da investigação.

A segunda característica do nominalismo — uma concepção de realidade fora da mente — é o que mais preocupou o trabalho contínuo de Peirce e envolve também a célebre controvérsia medieval acerca dos universais. Na resenha dos trabalhos de Berkeley (1871), Peirce afirma que

esta coisa fora da mente, que influi diretamente sobre a sensação e, através da sensação, o pensamento, porque *está* fora da mente, é independente do modo como a pensamos e é, em suma, o real. Esta é a concepção de realidade, uma concepção bastante familiar. E é a partir deste ponto de vista, está claro, que a solução nominalística à questão dos universais deve ser dada. (CP 8.12)

Conforme esta resenha e na resenha de *O Mundo e o Individual* de Josiah Royce (CP 8.100-116, 1900), Peirce nitidamente utiliza termos como “algo fora da mente” ou “algo bruto sem mente” para qualificar o grande problema do nominalismo, qual seja, considerar a realidade como algo fora

da mente que colide sobre nossas sensações, exercendo uma força bruta sobre o eu. A questão é sutil e o próprio Peirce afirmou que Duns Scotus estava separado do nominalismo por um fio de cabelo (CP 8.11, 1871). No contexto do nominalismo, a realidade se apresenta em objetos singulares *fora da mente* e o universal não possui realidade isoladamente ou não existe o universal, conforme Ocam, ao explicar os dois sentidos do *singular*, quais sejam, ou singular significa aquilo que é um e não muitos e em relação a isto todo o universal é realmente singular ou o nome singular serve para denotar tudo aquilo que é um e não muitos e em relação a isto não existe o universal (Ocam **apud** PEIRCE, CP 8.20, 1871). O problema desta versão, para Peirce, é a separação entre existência fora e na mente como modos totalmente desproporcionais, uma vez que “quando uma coisa está numa relação tal com a mente individual que a mente a conhece, ela está na mente; e o fato de ela estar assim na mente em nada diminui sua existência externa. Pois o realista não pensa na mente como um receptáculo, no qual se a coisa está dentro, deixa de estar fora.” (CP 8.15, 1871). Agindo assim, o nominalista tanto isolou a realidade da esfera mental que a mente não pôde mais concebê-la, tornando-se uma coisa-em-si.

A *contrario sensu*, no realismo de Peirce, seguindo Scotus, os universais são reais, tomando-se o real como aquilo que é independente do que pensamos dele, mas este real não se situa *fora da mente*, longe da cognição, mas, isto sim, *está na mente*, ainda que através de signos. Por isso, Peirce diz que este realismo é fatal à idéia de uma coisa-em-si<sup>90</sup>,

<sup>90</sup>Vale salientar que atualmente os comentadores afirmam que é problemático colocar como “realismo” a corrente que Peirce está assumindo, visto que esta corrente tomou rumos e conotações diversas da reivindicada naquele momento; sobre isso, ver HOOKWAY, 1985, p.37 e MISAK, 1991, p.130, nota 6. Misak, inclusive, opta por denominar “perspectiva pragmática” a que Peirce opõe à “perspectiva nominalista” .

porque não há uma coisa totalmente independente da relação com a concepção que dela tem a mente (CP 8.13, 1871). Em outras palavras, Peirce dirá que o “signo é real”, ou “a terceiridade é real”, visto que há **princípios gerais realmente operativos na natureza** (CP 5.101, 1903) e isto constituiu um passo posterior em direção ao realismo.

Ainda na resenha de Berkeley de 1871, Peirce introduz, em várias passagens, o seu tratamento da concepção de verdade como conclusão ou opinião final para a qual a mente tende. De várias maneiras, Peirce afirma que no pensamento e opinião humanos existe um elemento arbitrário e acidental que produz erro devido à limitação das circunstâncias, mas toda a opinião *tende*, universalmente e a longo prazo, a uma conclusão final ou resposta verdadeira. Tal opinião final é independente do pensamento individual, portanto está fora do arbitrário que produz erro, mas não é independente do pensamento em geral. Assim, o que se pensar existir na opinião final é o real e este real está na mente. Verdade e realidade estão conectadas na mente e a apreensão da realidade depende das crenças já fixadas pelo conjunto de investigadores. Entretanto, tais assuntos não são desenvolvidos nesta resenha, mas sim nos dois primeiros artigos das *Ilustrações da Lógica da Ciência* de 1878.

Na “*Fixação da Crença*”, p. ex., é que são desenvolvidos os conceitos de verdade e realidade em relação ao objetivo de trabalho de uma comunidade de investigadores, de tal forma que se denominou investigação ao esforço para atingir um estado de crença (CP 5.374, 1877). E no artigo seguinte, Peirce esclareceu que “a opinião que está fadada à concordância última de todos os que investigam é o que designamos por verdade, e o

objeto representado nesta opinião é o real” (CP 5.407, 1878). Dessa forma, pode-se concluir que verdade e realidade são formas do universal, nesta perspectiva, visto que tanto uma quanto a outra independem do singular, mas não do geral (CP 5.408, 1878).

Uma questão que aflora nestas primeiras versões da verdade é a seguinte: a realidade somente será representada no fim da investigação, quando chegarmos à opinião final ? Será preciso chegar lá para sabermos o que é a realidade ? Tais problemas não são resolvidos levando-se em consideração somente a resenha de 1871 e os artigos de 1878. É somente a partir de 1900 que Peirce irá enfrentar melhor tais questões, lançando mão da condicionalidade da verdade e da realidade dos *would-be*'s. Neste contexto, pode-se afirmar que não é necessário que chegue a opinião final para termos o real, visto que na condicional Peirce afirma: “a crença que teria estado na opinião final, a despeito da opinião final nunca vir a passar, é verdadeira”, logo, há o real ainda que deste modo condicional. Na resenha de Royce, Peirce levanta a polêmica, afirmando que “não almejamos algo além da experiência, mas somente limitar o resultado para o qual toda a experiência aproximar-se-á - ou, em qualquer grau, *aproximar-se-ia*, se a investigação prosseguisse sem cessação” (CP 8.112, 1900). Em suma, há sempre a possibilidade de criarmos uma hipótese, tirarmos conseqüências dela e testá-la exitosamente na continuidade do tempo, conforme a metodologia da ciência peirceana. A condicional é uma “esperança regulativa” no futuro da investigação ou, de outra forma, é a síntese metodológica de um caminho investigatório que perdure no tempo. Assim, o *would-be* da condicional pode ser facilmente resolvido em um *will-*



be, isto é, nós assumimos ou esperamos que a comunidade continue indefinidamente e que deveria haver uma resposta final, se a investigação prosseguisse frutiferamente sobre determinados assuntos que nos ocupam<sup>91</sup>.

Na lógica da investigação científica, a realidade é construída através de signos, por isso “podemos somente *indicar* o universo real; se nos pedem para descrevê-lo, podemos somente dizer que isso inclui o que quer que possa haver no que realmente é” (CP 8.208, 1905). Portanto, temos somente índices do mundo externo (CP 4.530, 1905) e tais índices trazem consigo a característica de generalidade da realidade, visto que derivam de princípios gerais realmente operativos na natureza. Pode-se dizer, então, que a realidade nos vem através das conseqüências lógicas<sup>92</sup> destes signos, porque os signos tem efeitos físicos que não agem diretamente sobre a matéria, ou seja, o *modus operandi* de um princípio geral do mundo real é o mesmo com que as palavras produzem efeitos físicos (CP 5.105, 1903).

A partir de 1896, com a colocação de que há dois tipos de generalidade e a conseqüente admissão da realidade da primeiridade, Peirce deu seu passo definitivo para a concretização de seu pretenso realismo<sup>93</sup>. No texto *A Lógica da Matemática; Uma Tentativa de Desenvolver Minhas Categorias de Dentro*, Peirce assinalou que a generalidade é ou de um tipo negativo, pertencente à categoria da qualidade (o potencial) ou de um tipo positivo que pertence à categoria da lei (o condicional), ressaltando

---

<sup>91</sup>Sobre este assunto, ver CP 6.610, 1891; 8.113, 1900.

<sup>92</sup>Assim Peirce pretende afastar a psicologia da lógica e eliminar o elemento sensório dos conceitos em busca de um significado racional (CP 5.428, 1905).

<sup>93</sup>FISCH (1986, p.192) coloca esta fase (1891-1914) como o último passo rumo ao realismo.

que um dos grandes erros da escola nominalista é conceber a qualidade apenas como aquilo que o atual faz ser (CP 1.422-7, 1896).

Em 1905, já nas conferências sobre o pragmatismo e criticando os seus próprios deslizes nominalistas<sup>94</sup> de 1878, Peirce fortemente afirmou que o modo indicativo com que formulava sua teoria da verdade deveria passar ao modo condicional, esclarecendo que o assunto do pragmatismo deveria ser, então, as proposições condicionais, com seus antecedentes hipotéticos, as quais são capazes de ser verdadeiras, independentemente de qualquer juízo ou símbolo particular, ou seja, o que importa dizer que a possibilidade é, às vezes, de um tipo real e o pragmatista está obrigado a assumir a doutrina da Modalidade real, incluindo a Necessidade real e a Possibilidade real (CP 5.453-57, 1905).

Desta luta contra o nominalismo, pode-se concluir que Peirce construiu sua teoria da verdade dessa maneira: não só a terceiridade é real (*would-be's* - condicionais), mas também a primeiridade é real (*can-be's* - possibilidades), de tal maneira que a investigação está sempre aberta (“nem todo o futuro se tornará passado”<sup>95</sup>) e o *would-be* pode não se realizar. Por isso, o status da condicional é tão importante: a opinião final pode nunca vir a passar, mas *devemos*<sup>96</sup> investigar como se viesse a passar ou como deveria passar. Esta é a tarefa da lógica e de seu sub-produto inserido na

---

<sup>94</sup>Em 1910, Peirce ainda ratificou tal crítica, dizendo que o erro positivo principal dos dois primeiros artigos é o seu nominalismo (CP 8.216).

<sup>95</sup> Conforme: “Quando digo que a proposição geral como a que acontecerá sempre que uma certa condição possa ser preenchida, é da natureza de uma representação, designo que isto se refere a experiências *in futuro*, as quais não sei se todas elas são experienciadas e nunca posso saber se todas foram experienciadas.” (CP 5.97, 1903)

<sup>96</sup>Aqui devemos lembrar da lógica normativa como a disciplina que determina quais as teorias e concepções *devem* ser aceitas (ver capítulo anterior).

metodêutica — o pragmatismo<sup>97</sup>. Articulando-os, a investigação objetiva a verdade (a verdade é condicional) e constrói porções da realidade (a condicional é real).

#### **4.2 Duas versões do pragmatismo, duas versões da verdade**

A retomada que Peirce fez de seus escritos de 1878 nas conferências do pragmatismo (pós-1900) trouxe à tona o que alguns comentadores<sup>98</sup> costumam dividir em dois ciclos de sua filosofia, os quais implicam na modificação tanto do pragmatismo como da concepção de verdade.

Quando a palavra pragmatismo surgiu impressa pela primeira vez em 1898, através de William James<sup>99</sup>, este atribuiu a criação a Peirce, advinda de seu artigo “*Como Tornar Claras as Nossas Idéias*” de 1878, onde a palavra pragmatismo não foi usada, mas foi apresentada o que seria a máxima pragmática: “Considere quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter conseqüências práticas, concebemos que o objeto de nossa concepção tenha. Então, a nossa concepção desses efeitos é o TODO da nossa concepção do objeto” (CP 5.402). Na seqüência, Peirce decide ilustrar a regra através de alguns exemplos, sendo que o primeiro refere-se ao que significa dizer que uma coisa é *dura* e propõe a seguinte questão: se um diamante pudesse ser cristalizado no interior de um revestimento de algodão e ali permanecesse até que fosse queimado, seria falso considerar mole aquele diamante ? (CP 5.403, 1878). Neste momento, Peirce afirmou que não haveria falsidade nestas formas de expressão.

---

<sup>97</sup>Peirce afirma: “qualquer tipo de bem é a adaptação de seu conteúdo a seu fim...Eu não sei se devemos encontrar uma afirmação mais sucinta do que esta do princípio do pragmatismo” (Peirce **apud** MISAK, 1991, p.56)

<sup>98</sup>Ver HOOKWAY (1985, p.234-244) e MISAK (1991, p.69).

<sup>99</sup>O termo pragmatismo surgiu em um texto peirceano impresso, pela primeira vez, em 1900. Sobre isso, ver FISCH (1986, p.283 e 293).

Este exemplo do diamante foi o que Peirce retomou após 1900 e o fato de ser verdadeira a afirmação de se considerar mole o diamante queimado antes de submetê-lo ao teste foi admitido como um erro nominalista, saliente em dois pontos do artigo de 1878: a) a dureza ou não daquele diamante é uma *mera* questão de nomenclatura; b) a dureza daquele diamante não é real. Ao retomar tal exemplo em 1905, Peirce refutou o modo nominalista afirmando que não se pode dizer que seja uma *mera* questão de nomenclatura, pois isto implica dizer que os símbolos não são reais. De outro lado, a dureza daquele diamante não era real porque não foi submetido ao teste da dureza, isto é, não colidiu sobre nossas sensações a realidade da dureza daquele diamante, ao molde do nominalismo tratado acima. Em 1905, ao responder à questão: era *realmente* duro aquele diamante, Peirce diria que o diamante seria realmente duro, ainda que o cristal de corundum não chegasse para evitar que o fogo consumisse tal diamante, tornando possível o teste (CP 5.457). Seguindo a metodologia da ciência peirceana, a “alegação de que todos os diamantes são duros é, podemos supor, uma lei que tem sido indutivamente bem confirmada” (HOOKWAY, 1985, p.242).

Na evolução do pensamento peirceano, como vimos analisando, é a partir de 1903 que as questões referentes à classificação das ciências serão definitivamente estabelecidas. A partir de 1905, as questões concernentes às ciências normativas serão resolvidas e o conteúdo e o objetivo do próprio pragmatismo será esclarecido. Além disso, é a partir desta época que Peirce também lançou mão das condicionais e de novas versões da máxima pragmática. Nesta elaboração, o pragmatismo vai sendo aprimorado como

método e sua relação com a verdade torna-se cada vez mais estreita. Em 1902, ao responder qual é o propósito do pragmatismo, Peirce responderia que tal teoria deveria consistir no método de determinação dos significados dos conceitos intelectuais (CP 5.8); ou, como afirmaria mais tarde, o pragmatismo é o método correto de transformar signos com o objetivo de atingir o resultado último (a verdade) (CP 5.553, 1906).

Ao definir as relações entre as ciências normativas, Peirce está tratando de articular a função ético-lógica da máxima pragmática, isto é, a máxima mostra como elaborar o significado racional da conduta racional. Por conseqüência, arquitetonicamente, o método também vai ganhando consistência, visto que o pragmatismo e sua máxima são partes da metodêutica (ramo da lógica). A função do pragmatismo é, portanto,

*primeiro*, diferenciar entre ‘conceitos intelectuais’ e outros tipos de signos; *segundo*, fazer uma distinção entre os vários tipos de significados de conceitos intelectuais, quais sejam, emocional, existencial e lógico (= ‘o significado intelectual’;5.438); *terceiro*, sugerir o esquema (ou método) para o desenvolvimento do significado lógico de conceitos intelectuais. (NESHER, 1983, p.205)

Tal método encontra sua síntese na máxima pragmática, a qual é tida também como “teorema filosófico”<sup>100</sup> ou regra metodológica do pragmatismo. Não é por acaso, portanto, que Peirce articula conjuntamente pragmatismo, máxima pragmática e condicionais. Ao determinar os significados dos conceitos intelectuais no caminho da investigação (através do método correto) poderia se chegar à verdade (um conceito intelectual último).

---

<sup>100</sup>Ver HOOKWAY, 1985, p.11.

#### 4.2.1 As versões da máxima pragmática

Optamos por mencionar cinco versões da máxima pragmática, desde as primeiras até as últimas elaborações, salientando que a cronologia foi feita de acordo com a clareza e a importância das elaborações e não se levando em consideração a última elaboração (CP 6.490, 1908), considerada obscura e sem grandes mudanças<sup>101</sup>:

(1) “Considere quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter conseqüências práticas, concebemos que o objeto de nossa concepção tenha. Então, a nossa concepção desses efeitos é o TODO da nossa concepção do objeto” (CP 5.402, 1878).

(2) “*A fim de determinar o significado de uma concepção intelectual, alguém deveria considerar quais conseqüências práticas poderiam concebivelmente resultar, necessariamente, da verdade dessa concepção; e a soma destas conseqüências constituirá todo o significado da concepção*” (CP 5.9, 1902).

(3) “O significado *total* de um predicado intelectual é que certos tipos de eventos aconteceriam, com certa freqüência, no curso da experiência, sob certos tipos de condições existenciais” (CP 5.468, 1907).

(4) “Considere quais os efeitos que *concebivelmente poderiam* ter conseqüências práticas, - especialmente ao modificar hábitos ou enquanto envolvendo capacidades, - você concebe que o objeto de sua concepção tenha. Então, sua concepção (interpretacional) destes efeitos é o (significado) total de sua concepção do objeto” (MS 322, 1907).

(5) “Considere quais efeitos que concebivelmente poderiam ter conseqüências práticas, você concebe que o objeto de sua concepção tenha; então, ~~estes efeitos~~ [apagado por Peirce] o hábito mental geral que consiste na produção destes efeitos é o significado total de seu conceito” (MS 318, 1907).

---

<sup>101</sup>Ver NESHER, 1983, p.238.

A elaboração (1) recebeu uma importante nota posterior de Peirce que consistiu em explicar o porquê do uso de tantos derivados de *concipere*. Tal uso teve dois propósitos: ratificar que se estava falando do significado intelectual e evitar o risco de se explicar um conceito através de qualquer outro termo além dos próprios conceitos (CP 5.402, n.3, 1906). Peirce, nas outras elaborações continuará fiel à proposta: o pragmatismo lida com conceitos intelectuais e deve determinar o significado racional de conceitos intelectuais. Uma concepção, portanto, tem um significado intelectual. Em termos peirceanos, isto significa ter um teor simbólico e poder ser conhecido somente racionalmente.

Como elaboração (1) a máxima pragmática foi tomada no sentido de ser a regra para obter o terceiro grau de clareza de apreensão, depois da clareza e distinção de Leibniz e Descartes. Este terceiro grau viria a ser, mais tarde, o critério pragmático<sup>102</sup>, visto que Peirce afirmou que um dos propósitos do pragmatismo — além de desembaraçar-nos de idéias obscuras e ajudar a tornar distintas, as idéias claras de apreensão mais ou menos difícil — é assumir uma atitude satisfatória em relação ao elemento da terceiridade (CP 5.206, 1903). FISCH (1986, p. 291) fixando-se no significado grego de *pragma*<sup>103</sup>, assinala que o terceiro grau de clareza não está nos efeitos sensíveis enquanto tais, nem em ações particulares, mas em hábitos de ação, não somente de individuais, mas também de comunidades, o que, mais tarde, Peirce tornaria mais explícito:

---

<sup>102</sup>Sobre este assunto, ver item 4.3.

<sup>103</sup>O verbo *prattein* significou “fazer regularmente”, “praticar”; o nome *pragma*, a “coisa” que é regularmente feita; o nome *praxis*, o fazer regular disso; o adjetivo pós-clássico *pragmático*, “ocupado com”, “engajado em”, “habilitado a”, “devotado a” alguma prática (FISCH, 1986, p.291).

E não negligencie o fato de que a máxima pragmática nada diz sobre experimentos singulares ou sobre fenômenos experimentais singulares (pois aquilo que condicionalmente é verdade *in futuro* dificilmente pode ser singular), mas só fala das *espécies gerais* de fenômenos experimentais.(CP 5.426, 1905)<sup>104</sup>

A elaboração (3) foi desenvolvida no mesmo artigo em que o pragmatismo foi colocado como método de determinação de significados intelectuais, os quais dizem respeito a bem mais do que sentimentos e fatos atuais, isto é, são *would-be's* (MS 318).

Em (2) a noção-chave “conseqüências práticas” tecnicamente significa “proposições condicionais” (NESHER, 1983, p.236). Nas últimas versões, Peirce decide incluir o hábito na fórmula.

Em síntese, o pragmatismo é o método de determinar o significado intelectual de conceitos intelectuais. Estes significados são simbólicos (gerais), são articulados condicionalmente (“a condicional é um futuro mitigado”<sup>105</sup>) e consistem em hábitos intelectuais que produzem e modificam a conduta racional coletiva<sup>106</sup>. Os efeitos concebíveis destes significados articulados condicionalmente produzem uma concepção interpretacional que é o significado total da concepção de um objeto. Existe ou poderia existir um objeto; devemos considerar que efeitos concebíveis deste objeto poderiam ter conseqüências práticas (articuladas condicionalmente). Então,

---

<sup>104</sup>O que condiz também com a elaboração (3).

<sup>105</sup> Peirce explica isso da seguinte forma: “Como o Futuro influencia a conduta ? A resposta é que os fatos futuros são os únicos fatos que podemos, em certa medida, controlar; e o que quer que possa haver no Futuro que não seja passível de controle são coisas que *devemos* ser capazes de inferir, ou *deveríamos* ser capazes de inferir sob circunstâncias favoráveis. (...). É natural usar o tempo futuro (**e o modo condicional é apenas um futuro mitigado**) ao esboçar uma conclusão ou ao afirmar uma conseqüência” (CP 5.461, 1905; negrito nosso).

<sup>106</sup>Todo o significado está no futuro e somente a conduta futura está sujeita ao autocontrole lógico (CP 5.427, 1905).



o significado intelectual (o efeito concebível desta condicional) será o significado total do conceito. Todos os efeitos concebíveis advindos da condicional, se influenciasssem a conduta, produziriam conseqüências práticas, as quais modificam hábitos (ou capacidades) e produzem o significado total de um conceito<sup>107</sup>. O significado que consistia em regras de hábito, ou mudança de hábito, passa a ser compreendido como regras de inferência que modificam regras de hábito e produzem a mudança. Tais regras de inferência são as *resoluções condicionais gerais*, as quais exercem função ativa e servem de princípios lógicos orientadores (NESHER, 1983, p.244)<sup>108</sup> e nisso consiste a função ético-lógica da máxima. Ao criarmos hipóteses e efeitos concebíveis estaremos aperfeiçoando o elemento racional da conduta humana e refletindo sobre o crescimento da racionalidade. Refletir sobre este processo, compreendê-lo e formular seu mecanismo em uma máxima é uma função do pragmatismo e esta função torna a conduta humana progressivamente racional (NESHER, 1983, p.205). Assim agindo, este pragmatismo poderia, a longo prazo, determinar a verdade.

#### **4.3A caracterização pragmática da verdade**

O desenvolvimento da teoria peirceana da verdade através de termos cotidianos, tais como crença, dúvida e investigação, em detrimento de termos sublimes, visou a uma caracterização pragmática da verdade. Tal caracterização depende do pragmatismo como método desenvolvido na metodêutica e sumariado na máxima pragmática. Juntamente com as funções e propósitos do pragmatismo e de sua máxima especificados até

---

<sup>107</sup>Ver elaboração 4.

<sup>108</sup>Ver elaboração 5.

aqui, devemos ressaltar a obtenção do critério pragmático de identificação de hipóteses, o qual depende da máxima como método<sup>109</sup>.

Utilizando o método da ciência, podemos fixar a crença genuína, a saber, a crença que leva em conta a experiência e as lições da experiência recalcitrante. A longo prazo, poder-se-ia chegar a um estado de crença inatacável pela dúvida, ou, de outra forma, a um estado de crença que não fosse sobrepujado por uma crença posterior. A este estado Peirce denomina verdade.

O pragmatismo é o método de determinar o significado de conceitos intelectuais, portanto, o pragmatismo é o método correto de transformar signos com vistas à obtenção do bem lógico, isto é, a verdade. Tal pragmatismo tem sua síntese na máxima pragmática, a qual, agindo sobre a conduta racional coletiva, através de *resoluções condicionais gerais* (princípios lógicos orientadores) transforma regras de hábito, possibilitando tanto a síntese do processo da racionalidade da conduta científica como a reflexão sobre este processo. Esta máxima pragmática, vista como método, torna possível também o critério pragmático de identificação de hipóteses científicas, de tal forma que uma hipótese sem conseqüências é considerada espúria.

Ao aplicarmos a máxima pragmática, como fez Peirce em 1878, ao significado de “o diamante é duro”, isso significa que o “diamante não será riscado por muitas outras substâncias”. Na revisão e na crítica pós-1900, o próprio Peirce assinalou que “o diamante é duro” significa pragmaticamente

---

<sup>109</sup>Ver acima sobre a elaboração (1) da máxima pragmática.

um conjunto de condicionais subjuntivas<sup>110</sup> que incluem que o diamante é tal coisa que se você fosse riscá-lo, *ele resistiria* (*would resist*) (MISAK, 1991, p.11). Como já vimos, Peirce estava refutando os seus deslizes nominalistas, o que o levou a afirmar a realidade dos *would-bes*. Dessa forma, as conseqüências com as quais o pragmatismo está relacionado são predições derivadas de sentenças e hipóteses. Ainda, “no contexto do pragmatismo”, Misak afirma, sempre se fala de “hipóteses e não de partes de hipóteses. Na versão de Peirce, se uma pessoa compreende um predicado *F*, então ela sabe as conseqüências das hipóteses do tipo ‘*a é F*’” (MISAK, 1991, p.11).

Devemos ressaltar que, na perspectiva peirceana, estas hipóteses devem ser observáveis e sujeitas ao teste empírico. A máxima pragmática aplicada na ciência serve para determinar a “admissibilidade de hipóteses para a classe (*rank*) das hipóteses” (CP 5.196, 1903). As hipóteses científicas devem ter, portanto, conseqüências possíveis de diferenciação prática, de tal maneira que se possa afirmar a diferença entre a verdade e a falsidade, caso contrário, não se sabe “o significado de uma hipótese ou a hipótese é destituída de conseqüências e é portanto ilegítima” (MISAK, 1991, p.7). Peirce está propondo, então, uma espécie de “critério empírico moderado de legitimidade”<sup>111</sup>, o qual pode ser empregado na construção de uma versão distintivamente pragmática da verdade. Esta versão advém de um método pragmático que vincula verdade e investigação.

---

<sup>110</sup>A condicional indicativa (*will not be*) a que o texto se refere é o futuro do presente em português (“o diamante *não será* riscado por muitas outras substâncias”) enquanto a condicional subjuntiva (*would resist*) é uma condicional em português (“se o diamante fosse riscado, *ele resistiria*”). Adequando as diferenças lingüísticas, Peirce está saindo de um futuro (sem menção a condições) para um pretérito imperfeito do subjuntivo (com a necessidade da condicional).

<sup>111</sup>Ver MISAK, 1991, p. 4 e ss..

Na investigação peirceana temos as fases já descritas, a abductiva, a dedutiva e a indutiva. Uma hipótese é originada, da qual se retiram conseqüências que são testadas. Este é o método da ciência desenvolvido juntamente com o pragmatismo e que utiliza elementos do próprio pragmatismo. É, em suma, o método correto de investigação, o método que objetiva a crença estabelecida, portanto um método permanente que não inicia com a resposta pronta e que responde à experiência. Para preencher os caracteres de “bom meio” para o fim da investigação, o método correto lançou mão da condicionalidade da verdade. A condicional depende das exigências da investigação e cria uma hipótese regulativa desta investigação, possibilitando ao conjunto de investigadores direcionarem os esforços a um limite hipotético comum. Pode-se destacar, assim, o que Misak<sup>112</sup> apresenta como as duas condicionais de Peirce:

V-I - “se *H* é verdadeiro, *então*, se a investigação relevante para *H* fosse perseguida até onde pudesse frutiferamente ir, *H* seria acreditado.” (condicional esquerda-para-direita = verdade para a investigação)<sup>113</sup>

I-V - “se, se a investigação fosse perseguida até onde pudesse ir, *H* seria acreditado, *então H* é verdadeiro.” (condicional direita-para-esquerda = investigação para a verdade)

A condicional **V-I** é a que Misak denomina de “suposição regulativa da investigação”, uma vez que regula a prática científica com base em “expectativas de verdade”, de tal forma que o conjunto de investigadores

<sup>112</sup>Ver MISAK, 1991, p. 43 e 125.

<sup>113</sup> “**V-I** não é uma parte de uma equivalência que está inteiramente no modo indicativo. Uma definição da verdade tal como a definição da correspondência constrói uma equivalência formal no modo indicativo— diz que ‘*H* é verdadeiro se e somente se corresponde à realidade’. Embora parte da V-I esteja no modo indicativo (‘Se *H* é verdadeiro’), o lado direito está no modo subjuntivo (‘então, se a investigação fosse perseguida até onde pudesse frutiferamente ir, *H seria* acreditado’)” (MISAK, 1991, p.43).

atua “esperando” que hipóteses verdadeiras tenham certas propriedades, tais como ser o tipo de hipótese que figuraria na opinião final, ou ser o tipo de hipótese que não cairia face à experiência recalcitrante (MISAK, 1991, p. 156). A condicional **V-I** é também consequência da condicional **I-V** porque parte de “*H* é verdadeiro” e persegue a investigação relevante para *H* extensiva e exaustivamente até que se obtenha o consenso dos investigadores. Desta forma é que a condicional **V-I** pode ser uma “esperança regulativa” da investigação, porque de uma verdade obtida, a investigação segue buscando o consenso, ou seja, a investigação não pára quando se obtém uma verdade, mas, ao contrário, continua respondendo à evidência e à experiência, de tal maneira que o verdadeiro tem que ser estabelecido permanentemente. Quando assumimos que uma hipótese seja verdadeira, eventualmente algo se imprimiria sobre nós para nos convencer de sua verdade.

Não obstante o fato de Peirce refutar as definições nominais de verdade, a condicional **I-V** é aquela onde se pode obter uma definição do que seja verdade no contexto peirceano, a saber, “a verdade é a propriedade daquelas crenças que seriam acreditadas no fim da investigação”. Entretanto, Peirce não expressa o relacionamento entre verdade e investigação com uma equivalência lógica ao estilo tarskiano, mas com duas condicionais que expressam o relacionamento entre uma hipótese validada pela crença e uma hipótese verdadeira (MISAK, 1991, p.129). Se *H* fosse acreditado no fim hipotético da investigação, então *H* é verdadeiro (condicional **I-V**) e se fôssemos investigar diligentemente *H*, sua verdade imprimir-se-ia sobre nós permanentemente (condicional **V-I**).

Dessa forma, a caracterização pragmática da verdade alia verdade e investigação, de uma maneira que qualquer acréscimo além das condicionais é algo que desvincula verdade e investigação. O objetivo da investigação é obter crenças verdadeiras e estas crenças verdadeiras são as melhores que a investigação pôde produzir. Afirmar que o melhor que a investigação pode fazer não seria a verdade é optar por uma tese transcendental<sup>114</sup> e abandonar o método pragmático proposto pela perspectiva peirceana.

É, portanto, o método pragmático que gera esta versão da verdade, a qual apresenta três vantagens (no mínimo) para o investigador: primeiro, fornece o contexto racional para a investigação proceder. Segundo, torna o sentido da prática da investigação como a procura da verdade. Terceiro, a visão de Peirce da verdade fornece e justifica uma metodologia (MISAK, 1991, p.160). Esta metodologia utiliza o método científico da abdução, dedução e indução e aplica o critério pragmático de legitimidade de hipóteses advindo da máxima pragmática.

Além de fornecer esse critério direto para demarcar hipóteses científicas de hipóteses não científicas e um relato dos tipos de conseqüências experienciais de hipóteses matemáticas e lógicas, o mais importante, nesta versão do pragmatismo, é que ele fornece uma **recomendação geral** ou um **princípio metodológico** para a formulação de hipóteses metafísicas (MISAK, 1991, p.33-34). Esta recomendação ou

---

<sup>114</sup>MISAK (1991, p.163) apresenta quatro teses transcendentais sobre verdade e investigação: (1) a verdade vai além da investigação aqui e agora; (2) há verdades que a investigação não alcançaria; (3) o melhor que a investigação pode fazer não seria a verdade; (4) a noção de verdade não tem nada a fazer com a noção de investigação. Entre estas teses, Peirce claramente afirma somente a primeira. As duas últimas são as que se opõem fortemente ao projeto peirceano.

princípio metodológico é o que determina a necessidade de diferenciação prática das hipóteses, ou seja, as hipóteses devem ser formuladas de maneira que tenham conseqüências experienciais.

Nesta metodologia, para se fornecer uma caracterização pragmática da verdade, a verdade deve ser tomada como algo mais do que um mero termo filosófico, técnico e pomposo. A verdade é o que objetivamos na investigação. Dessa maneira, a versão pragmática da verdade assinala o que pensamos pré-teoricamente, isto é, a investigação objetiva a verdade (MISAK, 1991, p.160).

Voltando à análise etimológica do verbo grego *prattein* de Fisch<sup>115</sup>, pode-se afirmar que a verdade será obtida por aqueles que **praticam** (estão engajados na) a investigação científica. Esta é a afinidade natural entre o método correto defendido por Peirce e a caracterização pragmática da verdade.

---

<sup>115</sup>Ver 4.2.1. acima.

## 5 CONCLUSÃO

A estruturação do primeiro capítulo atendeu aos requisitos sistemáticos da obra de Peirce, seguindo-se o esquema proposto pela classificação perene das ciências. Neste sentido, foram analisadas as respectivas ciências que formam a filosofia até atingirmos o caminho percorrido por Peirce para a apresentação dos métodos adequados na explicação e na investigação da verdade, ou seja, até alcançarmos o terceiro ramo da lógica, a metodêutica, onde se insere tanto o método da ciência (constituído pelos estágios da investigação) como o pragmatismo. O pragmatismo, assim vislumbrado, levou a qualificá-lo como o método de determinar o significado dos conceitos intelectuais, ou o método correto de transformar signos com vistas à obtenção do bem lógico, qual seja, a verdade.

A fenomenologia foi apresentada de tal maneira por Peirce que se erigiu como uma ciência que depende da matemática pura, ou seja, funda-se na aprioridade para construir uma lista de categorias que seja aplicada a toda e qualquer experiência e, assim, fornece um padrão para a elaboração da verdade e da realidade. Tal padrão consolida-se na doutrina das categorias composta da primeiridade, secundidade e terceiridade, as quais são categorias universais presentes em todo e qualquer fenômeno e que se apresentam em conjunto no mundo empírico. O conjunto das categorias apresenta, então, concepções altamente abstratas que funcionam como um sistema adequado para a classificação de toda a experiência possível. Este



conjunto de categorias expõe elementos teóricos que permearam toda a filosofia de Peirce, de tal maneira que tais elementos foram analisados no capítulo I desta dissertação, a fim de fornecer a base para a descrição da verdade neste sistema. Ou seja, a doutrina das categorias servirá de matriz para a formulação do conceito de signo, para a divisão dos interpretantes (a qual sustenta uma apresentação da verdade), onde surge a noção de interpretante lógico último (elaborado na lógica). Além disso, esta doutrina das categorias reflete-se no relato da relação entre as ciências normativas, as quais também fornecem uma apresentação da verdade (bem lógico, finalidade do pensamento articulado através da base da estética e da ética). Seguimos, portanto, o que foi dito no início do Capítulo I, o esquema “em escada” de Peirce. Trata-se da perseguição da versão da verdade aprimorada por Peirce e do método adequado, ou seja, cada ciência fornece o seu conteúdo, define um propósito e substancia o esquema.

A fenomenologia apresenta um conjunto de categorias que é usado na lógica e que, por seu turno, será usado no método de investigação científica, ou no método de transformar signos — o pragmatismo — , bem como na síntese deste método, a máxima pragmática.

A divisão da lógica apresentou, no seu terceiro ramo, a metodêutica, a qual trata dos “métodos que devem ser perseguidos na investigação, na exposição e na aplicação da verdade”. Tais métodos são, explicitamente, o método da ciência (composto das fases da investigação científica) e o pragmatismo, sendo que o pragmatismo fornece a síntese metodológica utilizada pelo primeiro método, a saber, a máxima pragmática tida como critério empírico de legitimidade de hipóteses científicas. Em outras

palavras, a máxima apresenta-se como o terceiro critério de clareza de apreensão, o que se denomina o critério pragmático. Esta é uma das funções da máxima pragmática, além da função ético-lógica de modificar as regras de hábito da conduta científica coletiva através de *resoluções condicionais gerais*.

Através da análise da lógica como teoria geral dos signos no Capítulo I, foi introduzido o problema do pragmatismo, qual seja, o pragmatismo é um *método* de determinação do significado dos conceitos intelectuais, conceitos que são solucionados por intermédio do estudo dos interpretantes. No Capítulo I, portanto, ficou definido que o significado racional de um conceito intelectual dá-se no interpretante lógico último. Este interpretante lógico último consiste na obtenção ou mudança de hábito (*habit-taking; habit-change*). A essência do interpretante lógico último é, portanto, o conceito de hábito, o qual (de natureza simbólica, só podendo ser conhecido racionalmente) consiste na expectativa de conduta de um intérprete hipotético em determinadas circunstâncias, conduta esta que Peirce definirá em termos de proposições condicionais ou *would-be's*; dessa forma, “se um signo não tem intérprete, seu interpretante é uma condicional (uma ‘would-be’), i.e., é aquilo que ele determinaria no intérprete se houvesse um.” (MS 318, Prag.43, 1907). Dessa forma, o interpretante lógico último é uma condicional.

Em outra versão do conceito de verdade (de 1878), Peirce tratou hábito como sinônimo de crença e, posteriormente, concretiza o tratamento deste conceito em “crença-hábito”. Assim, podemos perceber que, diferentemente da perspectiva de Misak, as duas apresentações do conceito

de verdade (aquela derivada dos interpretantes e a derivada da investigação) podem ser coadunadas. Esta conclusão é uma das diferenças de nossa pesquisa em relação à tese defendida por Misak. A outra diferença consiste na afirmação do método pragmático como meio adequado da investigação obter a verdade.

Sem dúvida, a versão peirceana do conceito de verdade mais forte é a que advém da fixação da crença-hábito no fim hipotético da investigação, levando em conta as lições da experiência recalcitrante e utilizando o método da ciência. Mas, a fixação da crença-hábito depende da manutenção do realismo dos *would-be's* (as condicionais) e estas condicionais necessitam da elaboração dos interpretantes, principalmente da definição do que é interpretante lógico último. Negar esta possibilidade leva à negação de parte do método pragmático. Misak, desta forma, está optando somente por uma face do método, qual seja, a síntese da máxima como critério de legitimidade de hipóteses científicas e tratando a formulação dos interpretantes como fraca. Podemos dizer que a máxima pragmática está contida em um método pragmático mais amplo que não exclui a formulação dos interpretantes. Neste sentido, podemos afirmar que o pragmatismo surge como método nas duas formulações da verdade:

a) verdade como interpretante lógico último - o pragmatismo é o método correto de transformar signos visando ao bem lógico último. O interpretante lógico último também se resolve em uma condicional.

b) verdade como fixação da crença-hábito - o pragmatismo é o método de determinar o significado de conceitos intelectuais; a máxima pragmática é aplicada a certos conceitos como “a dureza do diamante” e, na

versão madura, isto significa que “se o diamante fosse riscado, ele *resistiria* (*would resist*)”. Ou seja, o conceito intelectual apela às condicionais e ao realismo dos *would-be's* para que se possa afirmar: “a verdade é a propriedade das hipóteses que *seriam* acreditadas no fim da investigação”.

Portanto, como forma de conclusão, podemos afirmar:

a) A ciência é vista como um “modo de vida” social e projetivo que persegue a verdade através de um método bem considerado. A lógica peirceana projeta métodos de pesquisa;

b) o pragmatismo está inserido na metodêutica, o terceiro ramo da lógica;

c) o pragmatismo é um método lógico projetivo e social — pois lida com as conseqüências projetivas de uma condicional — e tem função metodológica na determinação da verdade;

d) a apresentação da verdade peirceana dá-se em dois blocos complementares: a advinda da lógica, como interpretante lógico último ou como bem lógico último e a advinda da teoria da investigação, como sendo aquilo que seria acreditado no fim da investigação, desmembrada em duas condicionais, ao molde de Misak;

e) a teoria da investigação também fornece o método da ciência (constituído das fases da investigação), o qual se utiliza da síntese metodológica do pragmatismo, qual seja, a máxima pragmática;

f) o pragmatismo é o método mais amplo da filosofia peirceana, o qual participa em todas as formas de apresentação da verdade.

## 6 BIBLIOGRAFIA

### A. OBRAS DO AUTOR

**Collected Papers of Charles Sanders Peirce.** Ed. Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks. Cambridge: The Belknap Press of Harvard Press, 1931-35, 1958. 8 v.

**Charles Sanders Peirce: Contributions to “The Nation”.** 3 parts. Ed. Kenneth L. Ketner e James E. Cook. Lubbock: Texas Tech Press, 1975, 1978, 1979.

**Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition.** Volume 1: 1857-1866. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

**Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition.** Volume 2: 1867-1871. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

**Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition.** Volume 3: 1872-1878. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

**Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition.** Volume 4: 1879-1884. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

**Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition.** Volume 5: 1884-1886. Bloomington: Indiana University Press, 1993.

**The Essential Peirce.** Ed. Nathan Houser and Christian Kloesel. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1992. Vol. I.

**Semiótica e Filosofia.** Trad. de Octanny S. Da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972. 164 p.

**Escritos Coligidos.** Trad. de Armando M. D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores). 276 p.

**Obra Lógico-Semiótica.** Ed Armando Sercovich . Trad. de Ramón Alcalde e Maurício Prelooker. Madrid: Taurus, 1987. 429 p.

**Semiótica.** Trad. de J. Teixeira Coelho. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1990. 337 p.

## **B. OBRAS CONSULTADAS**

APEL, K.O. **La Transformación de la Filosofía**. Trad. de Adela Cortina. Madrid: Taurus, 1985. 2 v.

ARISTÓTELES. **Organon**. Trad. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1985-86. 6 v.

BENSE, Max. **Pequena Estética**. Trad. de J. Guinsburg e Ingrid Dormien. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. 237 p.

BRENT, Joseph. **Charles Sanders Peirce: A Life**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1993. 388 p.

DEELY, John. **Semiótica Básica**. Trad. de Júlio Pinto. São Paulo: Ática, 1990. 192 p.

DEBROCK, Guy and Menno Hulswit (eds.). **Living Doubt. Essays Concerning the Epistemology of Charles Sanders Peirce**. Dordrecht-Boston-London: Kluwers Academic Publishers, 1994. 323 p.

DELANEY, C.F. **Science, Knowledge and Mind**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1993. 183 p.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. Trad. de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva-Ed.USP, 1974.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva-Ed.USP, 1973. 386 p.

ECO, Umberto. **Semiótica e Filosofia da Linguagem**. Trad. de Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991. 304 p.

FISCH, Max H. **Peirce, Semeiotic and Pragmatism. Essays by Max Fisch**. Kenneth L. Ketner e Christian J. W. Kloesel (eds.). Bloomington: Indiana University Press, 1986. 461 p.

- HAACK, Susan. The Pragmatist Theory of Truth. **British Journal Philosophy and Science**, n.27, p.231-249, 1976.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Trad. de José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 367 p.
- HECK, J. N. Kant e o Jovem Peirce. A Teoria Geral dos Signos e a Idéia de Indivíduo. **Síntese Nova Fase**, v.20, n.60, p.35-50, 1993.
- HOOKEYWAY, Christopher. **Peirce**. London: Routledge & Kegan Paul, 1985. 301 p.
- IBRI, Ivo Assad. **Kósmos Noetós. A Arquitetura Metafísica de C.S.Peirce**. São Paulo: Perspectiva-Hólon, 1992. 138 p.
- JOHANSEN, Jørgen D. **Dialogic Semiosis. An Essay on Signs and Meaning**. Bloomington & Indiana: Indiana University Press , 1993. 357 p.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Alexandre Morujão e Manuela Pinto dos Santos. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. 680 p.
- KENT, Beverley. **Charles S. Peirce: Logic and the Classification of the Sciences**. Kingston and Montreal: McGill-Queens's University Press, 1987. 258 p.
- LEVI, Isaac. **The Fixation of Belief and its Undoing. Changing Beliefs Through Inquiry**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. 192 p.
- LOCKE. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anoar Aiex. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores). 344 p.
- MISAK, Cheryl. Discussion: Peirce, Levi and the aims of inquiry. **Philosophy of Science**, n.54 (2), p.256-265, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Truth and the End of Inquiry: A Peircean Account of Truth**. New York: Oxford University Press, 1991. 182 p.



- MURPHEY, Murray G. **The Development of Peirce's Philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 1993. 432 p.
- MURPHY, John P. **Pragmatism from Peirce to Davidson**. Boulder and Oxford: Westview Press, 1990. 152 p.
- NESCHER, Dan. Pragmatic theory of meaning: a note on Peirce's last formulation of the pragmatic maxim and its interpretation. **Semiotica**, v.44, n.3/4, p.203-257, 1983.
- NEVES, Maria H. De Moura. **A Vertente Grega da Gramática Tradicional**. São Paulo: Hucitec-Ed.UnB, 1987.
- NÖTH, Wienfried. **Panorama da Semiótica. De Platão a Peirce**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- PAPE, Helmut. Charles S. Peirce on Objects of Thought and Representation. **Noûs**, n.24, p.375-396, 1990.
- PIGNATARI, Décio. **Semiótica e Literatura**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1987. 165 p.
- RESCHER, Nicholas. **Peirce's Philosophy of Science**. Notre Dame-London: University of Notre Dame Press, 1978. 125 p.
- RORTY, Richard. **Objetivismo, Relativismo e Verdade: Escritos Filosóficos I**. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 294 p.
- \_\_\_\_\_. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. Trad. de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 386 p.
- SANTAELLA, Lúcia. **A Assinatura das Coisas. Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 211 p.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Geral dos Signos. Semiose e Autogeração**. São Paulo: Ática, 1995. 199 p.

SILVEIRA, Lauro F. B. Da. Pensamento, Fenômeno Experimental e Experimento na Proposta Pragmaticista. **Trans/Form/Ação**, n.7, p.49-59, 1984.

\_\_\_\_\_. Cosmos Evolutivo e Plano da Criação na Filosofia Peirceana. **Trans/Form/Ação**, n.8, p.1-24, 1985.

\_\_\_\_\_. O Caráter Dialógico e Social do Signo e do Pensamento em Peirce. **Trans/Form/Ação**, n.11, p.23-29, 1988.

\_\_\_\_\_. Charles Sanders Peirce: Ciência Enquanto Semiótica. **Trans/Form/Ação**, n.12, p.71-84, 1989.

\_\_\_\_\_. Charles Sanders Peirce e a Contemporânea Filosofia da Ciência: uma difícil conversação. **Trans/Form/Ação**, n.16, p. 63-82, 1993.

WALTHER, Elisabeth. **Teoria General de los Signos. Introducción a los fundamentos de la semiótica**. Trad. de Margarita Schultz e Jaime Cordero. Santiago: Dolmen Ediciones, 1994.